

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
UNIOESTE – CAMPUS MARECHAL CÂNDIDO RONDON  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS – CCHEL  
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA

MARLETE KOENIG MENSCH

**As relações de trabalho infantil de picolezeiros e os mundos das crianças  
trabalhadoras em Marechal Cândido Rondon, 1997-2010**

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2010

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
UNIOESTE – CAMPUS MARECHAL CÂNDIDO RONDON  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS – CCHEL  
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA

MARLETE KOENIG MENSCH

**As relações de trabalho infantil de picolezeiros e os mundos das crianças  
trabalhadoras em Marechal Cândido Rondon, 1997-2010**

Trabalho de Conclusão de Curso, monográfico, sob orientação do Professor Dr. Vagner José Moreira, apresentado à Comissão Examinadora, como exigência parcial a obtenção do título de Licenciatura Plena em História, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon.

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2010

MARLETE KOENIG MENSCH

**As relações de trabalho infantil de picolezeiros e os mundos das crianças  
trabalhadoras em Marechal Cândido Rondon, 1997-2010**

Monografia aprovada como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em História, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, campus de Marechal Cândido Rondon, pela seguinte Banca Examinadora:

---

Orientador

---

Membro da Banca Examinadora

---

Membro da Banca Examinadora

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2010

## **DECLARAÇÃO DE AUTORIA**

Eu, Marlete Koenig Mensch, R.G. 5.394.130-3, CPF. nº 886.329.209-44, residente do endereço: Rua Luiz Centenário, nº. 519, Bairro Parque Ecológico, Marechal Cândido Rondon, PR, declaro que a monografia aqui apresentado é de minha exclusiva autoria, assumindo, portanto, total responsabilidade sobre ela.

Marlete Koenig Mensch

**RESUMO:**

A pesquisa tem como objeto problematizar as relações de trabalho e aspectos gerais do trabalho infantil em Marechal Cândido Rondon, em particular na atividade de vendedores de picolés, que circulam pelas ruas e bairros da cidade, no período final da década de 1990 a 2010. Utilizo como fonte histórica a imprensa local e entrevistas produzidas com crianças trabalhadoras e alguns de seus pais. O referencial teórico-metodológico está fundamentado na tradição historiográfica marxista da História do Trabalho. Discuto os limites e pressões para o trabalho infantil, destacando o cotidiano do trabalho das crianças pela cidade, com suas dinâmicas e rotinas, as relações familiares e a legislação, que por vezes contribui para com a exploração capitalista. A pesquisa privilegia a narrativa das crianças trabalhadoras, em uma análise crítica do funcionamento desse trabalho, buscando sempre compreender os sentidos e as disputas que envolvem o trabalho dessas crianças.

**Palavras – chave:** Trabalho infantil; picolezeiros; mundos dos trabalhadores.

## AGRADECIMENTOS

A todos que fazem parte de minha vida familiar e acadêmica e que de alguma forma contribuíram com o desenvolvimento desta pesquisa, em suas várias etapas até realizar o meu objetivo.

Nela incluiu aqueles que me subjugaram e levantaram barreiras de negatividade com meu projeto, o que me deu forças e persistência em realizá-lo.

A minha filha querida Carolina, mesmo não tendo paciência em esperar a longa permanência do meu trabalho em frente ao computador, soube aceitar cansativamente minhas desculpas e promessas.

Ao meu esposo Régis, que permaneceu ao lado de minha filha durante os quatro anos de academia. Só tenho a agradecer-lo.

Aos mestres que contribuíram para o meu amadurecimento intelectual. Em especial ao Dr. Vagner José Moreira, que com sua extrema paciência e dedicação contribuiu na realização deste trabalho.

Só tenho a agradecer a todos!

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b>	05
<b>INTRODUÇÃO</b>	08
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>“O trabalho não mata ninguém”: disputas pelo trabalho infantil</b>	19
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>“Aquele vez eles não deixavam mais vender, mas agora eles deixam”: cotidiano, narrativas e trabalho infantil em Marechal Cândido Rondon</b>	38
<b>2.1. Relações e disputas do trabalho</b>	40
<b>2.2. Relações familiares</b>	47
<b>2.3. O trabalho</b>	50
<b>2.4. Violência</b>	56
<b>2.5. Trabalhos anteriores</b>	57
<b>2.6. Sonhos e expectativas de trabalho</b>	59
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	62
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	64
<b>RELAÇÃO DE FONTES</b>	
<b>Fontes escritas</b>	66
<b>Fontes orais</b>	66
<b>ANEXOS</b>	69

## INTRODUÇÃO

O trabalho infantil coloca-nos diante de uma realidade que é presente na trajetória de vida de crianças e adolescentes, da sociedade capitalista contemporânea. Muitas vezes, colaboramos para a manutenção desse problema social, que constitui, pelo menos, desde os primórdios do desenvolvimento do capitalismo, com a Revolução Industrial. Essa formação social, nega para muitas crianças, direitos primordiais, tanto para o seu desenvolvimento psíquico, físico quanto cultural, ou seja, uma estruturação desigual da sociedade.

A pesquisa sobre o trabalho infantil, na cidade de Marechal Cândido Rondon, elabora questões que estão presentes diretamente na vida da autora deste trabalho e de seus dez irmãos. Filhos de pequenos agricultores, a utilização da mão de obra dos filhos foi fundamental para o sustento da família. Os filhos homens eram colocados para o trabalho braçal no campo e as mulheres faziam os serviços domésticos e cuidavam de seus irmãos menores, isso quando não estavam trabalhando na cidade na função de babás ou empregadas domésticas.

Essa foi a forma encontrada pelos pais para ajudar no sustento da casa, e aumentar a renda familiar, sendo necessário vender a força de trabalho já aos onze anos, cuidando de outras crianças. Esse foi apenas o começo de várias outras etapas de exploração de um trabalho pouco remunerado e desgastante para essa idade, no qual retiram da criança as etapas necessárias para seu desenvolvimento físico e social, que definem os períodos existenciais da vida da criança para um desenvolvimento saudável e adequado. Cabe perguntar, qual é o significado da infância e do trabalho na contemporaneidade? Foram vários momentos não repartidos com meus pais, mas que eram árduos, difíceis para uma criança entender, pois, na minha cabeça, passavam várias perguntas. Uma delas que ficou na memória até os dias de hoje: Por que necessitava trabalhar? Já se passaram vinte e cinco anos dessa “exploração”. E, se abrir os olhos, presenciar-se-á esses fatos no cotidiano da cidade, presentes nas ruas, casas e campos, fundamentando e mantendo o sistema capitalista em Marechal Cândido Rondon.

Em âmbito nacional, o capital apropria-se cada vez mais dessa precoce mão de obra em diversas formas exploratórias, ou seja, torna-se corriqueiro esse cenário da exploração do trabalho infantil no campo e na cidade, pois é mostrado em rede nacional, de forma apelativa,



utilizando-se de arrecadação para instituições não governamentais, (filantrópicas) colocando a população, de forma geral, como responsável pela situação, fazendo com que ela se sinta responsável, por solucionar essas mazelas, ocultando, assim, aquele que tem o dever de defender estes direitos: a família e o “Estado”.

Otávio Cruz Neto e Marcelo Rasga Moreira apontam que parte do problema do trabalho infantil, no país, está relacionada com problemas sociais, econômicos e culturais:

“Trabalho de Menor Ajuda A Exportação” [...] o assessor do comércio exterior da poderosa CNC – Confederação Nacional do Comércio (cujos partícipes recebem vultosos subsídios do poder público federal e isenção de impostos dos governos estaduais) defendia ardorosamente o trabalho infanto-juvenil, afirmando que é considerável a contribuição do trabalho de menores para a economia da região norte-nordeste, particularmente quanto à produção para o mercado externo [...] <sup>1</sup>.

A narrativa demonstra o projeto e perspectiva hegemônica vigente no país, em que as mazelas, pontuadas como problemas, serão resolvidos com a introdução da mão de obra infantil, resolvendo, assim, mais um problema social, que é a retirada dessas crianças das ruas e da “vadiagem”, para o tão sonhado desenvolvimento do país.

No Paraná, pode-se observar o “problema” quando foi lançado o projeto “Trabalho infantil não é brincadeira”<sup>2</sup>, qual expõe fotos que retratam várias formas de exploração do trabalho infantil. Em uma delas, aparecem duas crianças com seus carrinhos de picolé. Mostrando que esse trabalho está presente em várias cidades do Estado. Essas imagens visualizam o real problema que afeta grande parte das crianças do Paraná, e também as que atuam em Marechal Cândido Rondon, circulando pelas ruas da cidade, na busca de seu sustento por meio da venda de picolés.

Dessa forma, esta pesquisa fundamenta-se em analisar e questionar as formas de exploração das crianças trabalhadoras de Marechal Cândido Rondon, confrontando situações do seu cotidiano e de suas práticas de trabalho dentro de uma sociedade capitalista.

A pesquisa fundamental deu-se por meio da produção de fontes orais. As entrevistas realizadas com as crianças trabalhadoras, que circulam pela cidade com seus respectivos carrinhos de picolé, e as entrevistas realizadas com alguns pais dessas crianças, compõem a base dos materiais históricos. Utiliza-se, também, como fonte o jornal “O Presente”, e parte

---

<sup>1</sup> NETTO, Otávio Cruz; MOREIRA, Marcelo Rasga. Trabalho infanto-juvenil: motivações, aspectos legais e repercussão social. Disponível em: < <http://www.scielosp.org/pdf/csp/v14n2/0122.pdf> > Acesso em: 01 de jul. 2010.

<sup>2</sup> NÚCLEO Trabalho, Justiça e Cidadania do Paraná (TJC-PR). Disponível em: <<http://colunistas.ig.com.br/cip/2007/10/09/trabalho-infantil-nao-e-brincadeira-tema-de-campanha-do-pr/>> Acesso em: 01 de jul. 2010.

da vasta bibliografia referente à problemática aqui abordada. Dessa forma, problematizam-se as pressões sociais, vividas pelas famílias de trabalhadores, que submetem as crianças ao “mundo do trabalho” tão precocemente.

O trabalho de campo e a produção de narrativas orais de crianças trabalhadoras colocam em diversas e diferentes situações a pesquisa, que, por vezes, enche-se de interrogações. A pesquisadora Yara Aun Khoury pontua que os historiadores devem estar “comprometidos com a realidade social”, assim focando cada aspecto singular do seu entrevistado. Dessa forma, procura responder suas questões e problemas por meio da compreensão do sujeito, interligando-o a uma “dinâmica social mais ampla”<sup>3</sup>. Segundo Khoury:

Considerando a história um processo de disputas entre forças sociais, envolvendo valores e sentimentos, tanto quanto interesses, e dispostos a pensar e avaliar a vida cotidiana em sua dimensão histórica, a ponderar sobre os significados políticos das desigualdades sociais, nossas atenções se voltam para modos como os processos sociais criam significações e como essas interferem na própria história<sup>4</sup>.

Como pontua Khoury, na relação com os entrevistados deve-se considerar as diversas temáticas que afloram em suas narrativas. Dessa forma, analisar esses sujeitos sociais, abrangendo em suas falas os significados das experiências vividas. Aspectos como “valores, sentimentos e interesses” fornecem questões que possibilitam problematizar a experiência social do sujeito, entre elas, as condições de vida, trabalho, consciência e disputas, sendo primordial a sua evidência, que acaba aproximando o discurso e relacionando com as maneiras que estes vivem, percebem e direcionam seus olhares para os processos sociais. Assim, Khoury afirma que “por meio do diálogo com pessoas, observamos, de maneira especial, modos como lidam com o passado e como este continua a interpelar o presente enquanto valores e referências”<sup>5</sup>.

Nessas falas, a “verdade” ou “não-verdade” não deve ser julgada como sendo primordial para a pesquisa, mas sim, a análise dos significados de sua narração. Para Khoury, na narrativa oral se diz que as pessoas “interpretam a realidade vivida” por meio do seu modo de viver e de enxergar seus conceitos, ou seja, seu ponto de vista, expressando a sua memória

---

<sup>3</sup> KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004. p.117-138.

<sup>4</sup> Idem, *ibidem*, p.117.

<sup>5</sup> Idem, *ibidem*, p.118.

e, por vezes, revelando aspectos desejados por esse sujeito ou criando “consciência de si mesmos, ou daquilo que elas próprias aspiram ser na realidade social”<sup>6</sup>.

Não tomar a fala desses entrevistados como sendo a totalidade de seus significados é também relatado por Rinaldo Varussa<sup>7</sup>, que afirma, que é fundamental perceber que a entrevista esteja carregada de interpretações, na qual o depoente quer passar sua “verdade” ao entrevistador, formando, então, a produção dessa narrativa oral. É, então, relevante observar pequenas modificações no decorrer da entrevistada, nela podendo apresentar “seleções, silêncios, esquecimentos e avaliações”, baseados em suas próprias condições de vida e modo de viver.

Para Alessandro Portelli, as narrativas orais e as memórias estão carregadas de subjetividade do narrador, que não apresentam “experiências comuns”, mas que oferecem ao pesquisador um leque de possibilidades tanto “reais ou imaginárias”<sup>8</sup>.

A utilização da imprensa, nesta pesquisa, permite levantar e identificar, como a utilização desse meio de comunicação atua na sociedade, em diversas situações e articulações das camadas dirigentes do país, no qual buscam amparo e respaldo positivo aos seus projetos. Faz-se essa discussão com o intuito de problematizar a forma com que a imprensa usa essa rede de comunicação, ocupando em seu texto, a condição de imparcial diante dos acontecimentos publicados em suas páginas. Referente a essa percepção sobre a imprensa analisa-se a problematização que Heloisa Cruz elabora sobre a imprensa, como sendo uma “força ativa da história do capitalismo, de afirmação das forças do mercado como centro da vida social e de constituição de uma esfera pública burguesa”<sup>9</sup>. Portanto, a utilização da imprensa enquanto material histórico precisa ser historicizada, problematizada e, principalmente, desmistificada sobre seu papel de portador da verdade e de liberdade, que utiliza na narrativa.

A questão do trabalho infantil perpetua-se por vários séculos. A literatura sobre a temática que relata a introdução dessa mão de obra no mercado de trabalho, é claramente percebida por meio dos ganhos econômicos pelos capitalistas, com a redução significativa no custo da produção. Karl Marx notadamente descreveu a situação de crianças trabalhadoras, em sua obra “O Capital”, denunciando a exploração como sendo uma exploração sem “limites

---

<sup>6</sup> Idem, *ibidem*, p.131.

<sup>7</sup> VARUSSA, Rinaldo José. Catadores de papel em Marechal Cândido Rondon, PR: memórias, narrativas, experiências de vida e de trabalho. In: ALMEIDA, Paulo Roberto; KHOURY, Yara Aun; MACIEL, Laura Antunes (orgs.). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'Água, 2006. p. 100-113.

<sup>8</sup> PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro: vol. 1, nº. 2, 1996. p.72.

<sup>9</sup> CRUZ, Heloisa de Faria. No avesso das comemorações: memória, historiografia e o bicentenário da imprensa. **História & Perspectivas**, Uberlândia, n. 39, p. 11-36, jul. dez. 2008. p.21.

legais”. Esse não-limite de exploração da força de trabalho na produção do sobretrabalho é relatado em uma reunião que ocorreu na prefeitura de Nottingham no ano de 1860:

(...) Às 2, 3 e 4 horas da manhã, as crianças de 9 e 10 anos são arrancadas de camas imundas e obrigadas a trabalhar até as 10, 11 ou 12 horas da noite, para ganhar o indispensável à mera subsistência. Com isso seus membros definham, sua estatura se atrofia, suas faces se tornam lívidas, seu ser mergulha num torpor pétreo, horripilante de se contemplar<sup>10</sup>.

O trabalho infantil descrito por Marx enfatiza a extrema pobreza vivenciada por esses sujeitos. Nela as consequências de uma exploração desenfreada e “sem limites”, obtidos por meio da árdua jornada de trabalho, deixam marcas profundas nesses pequenos trabalhadores.

E. P. Thompson, em sua obra “A formação da classe operária inglesa”, no capítulo intitulado “Padrões e experiências”, discute o trabalho infantil no século XVIII e XIX, apontando o aumento da inserção dessas crianças em várias ocupações de trabalho, tanto no campo quanto nas cidades, compondo a economia industrial e agrícola. A utilização da mão de obra infantil revela fatores de disputas entre família e indústria, pois as tarefas executadas pelas crianças no seio familiar ofereciam vantagens, já que todos ocupavam uma função, sendo que as atividades estavam sendo administradas pelos próprios familiares, ou seja, havia a naturalidade na utilização das crianças nas tarefas diárias. Segundo Thompson, essa introdução das crianças ao trabalho respeitava sua capacidade em realizar as tarefas. Nas fábricas o trabalho destinado para as crianças tornou-se intenso, ditado pelo ritmo das máquinas, submetidas a longas jornadas de trabalho e exploração. A utilização da mão de obra infantil foi utilizada antes mesmo da grande Revolução Industrial, mas o que a difere, nesse contexto, é a forma predominante e árdua com que ocorreu a inserção dessas crianças no trabalho nas minas e fábricas<sup>11</sup>.

No Brasil, a historiografia relacionada com a questão criança trabalhadora é algo muito recente, mas são várias as literaturas que abordam temáticas relacionadas com a “história da criança” em seus vários contextos e circunstâncias. Longe da pretensão em esgotar as fontes sobre o tema desta pesquisa, problematizo algumas dessas obras e abordagens sobre a análise da pesquisa sobre o trabalho infantil.

Estudos mostram, no período imperial do Brasil, as crianças escravas, a partir de seus 7 a 8 anos de idade, em uma labuta que empreendia serviços no transporte de “trouxas de

---

<sup>10</sup> MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro I. 26ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 283.

<sup>11</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. V. 2: A maldição de Adão. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

roupas ou tripés de tabuleiros”<sup>12</sup>. Na passagem do Império para República, essas crianças exerciam funções de “pequenos agentes” com diversas funções sendo “moleques de recado, vendedores ambulantes, criados e aprendizes”<sup>13</sup>.

Nesse processo, o trabalho condicionado para as crianças foi ditado como uma estratégia para segurá-los a uma “(...) transformação social de alcance do ‘progresso’ e da ‘civilização’”<sup>14</sup>. Segundo a pesquisadora Alexandra Schueler, a intervenção que ocorreu, no ano de 1865, visava uma adequação dessas crianças através do ensino profissional, que necessitava no processo do Império para a República uma nova remodelagem de um cidadão trabalhador que o retirasse da “vadiagem” e do “ócio”. Dessa forma, favorecendo a nova estrutura social desejada, ou seja, a forma mais pacata desse cidadão. O trabalho fornecia a base segura da intervenção social do Estado diante das ditas crianças pobres “problema” do país, modelando para o futuro trabalhador.

No início do século XX, com a intensificação do processo de industrialização, ocorreu a inserção dessa mão de obra infantil no cotidiano de várias fábricas<sup>15</sup>. Através da colocação dessas “pequenas mãos” acabava o burguês de aumentar a acumulação do seu capital, na exploração do trabalho dessas crianças, já que o que recebiam era valor irrelevante, constituindo num modelo de exploração que foi remodelado e adequado às necessidades da ordem capitalista. Uma mácula presente até aos dias atuais.

Parte da historiografia, nessas últimas décadas, sentiu a necessidade de estudo e discussão sobre temas, sujeitos e problemáticas sociais, que foram antes negligenciados e esquecidos, deixando-os fora de vários contextos. Por meio da pesquisa sobre esses novos sujeitos, entre eles, a criança trabalhadora e a temática da exploração do trabalho infantil, problematizados, a partir do presente, faz-se necessária a ampliação da discussão na sociedade e na academia.

Dessa forma, entender o conceito trabalho, remete à análise do processo, construído, historicamente, pelas classes dominantes do país. Sem qualquer pretensão de esgotamento do tema, busca-se na pesquisa de Sidney Chalhoub, em sua obra “Trabalho, Lar e Botequim”, questões que possam ser utilizadas nesta problematização sobre a percepção do trabalho na atualidade. Chalhoub discorre sobre a adequação que a classe dominante necessitou elaborar

---

<sup>12</sup> MARQUES, Vera Regina Beltrão. História de higienização pelo trabalho: crianças paranaenses no novecentos. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v23n59/a05v23n59.pdf> Acesso 03 de jul. 2010.

<sup>13</sup> SCHUELER, Alexandra F. Martinez de. Crianças e escolas na passagem do Império para a república. **Revista brasileira de História**. Vol. 19 n. 37, São Paulo, setembro de 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br> > Acesso 02 de jul. 2010.

<sup>14</sup> Idem, ibidem.

<sup>15</sup> PRIORE, Mary Del. **História das crianças no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

com o fim da escravatura na educação para o trabalho dos que foram “libertados” a fim de se tornarem “promissores” trabalhadores na sociedade de mercado de trabalho livre<sup>16</sup>.

Segundo Chalhoub, houve a necessidade da construção de um novo conceito de trabalho. Havia a necessidade de eliminar toda a antiga estrutura, vinculada na condição do trabalho escravo, que possuía as piores formas de repressão contra esse trabalhador. O projeto utilizado pelas classes dominantes introduziu um novo rumo e nele novos sentidos sobre o mundo do trabalho, entre eles o próprio trabalho infantil. Foram incutidos novos valores e sentimentos, baseados na dedicação que esse trabalhador deveria ter frente ao trabalho, ou seja, é o trabalho que ordena a sociedade. E com esse novo hábito de trabalho, que as classes dominantes buscavam eliminar do cotidiano das cidades todas as formas contrárias ao seu projeto, todas as formas que possam significar uma ameaça. Nesse processo, foram elaboradas diversas normas e leis que buscavam a repressão das pessoas que estariam cometendo a “vadiagem”<sup>17</sup> e o “ócio” pelas ruas, que eram considerados pela elite como “classes perigosas”. A própria condição da infância toma novos rumos, pois o mercado capitalista, em formação, necessitava dessa positividade do trabalho, e a criança tornou-se o grande alvo dessa inserção para esse projeto<sup>18</sup>.

Segundo o pesquisador Edmundo Dias, no artigo “‘Reestruturação produtiva’: forma atual da luta de classes”, há por parte da classe dominante uma narrativa que busca afirmar um projeto que viabilize a negação da identidade classista dos trabalhadores, ou seja, o modelo capitalista tenta incutir aos trabalhadores uma “luta ideológica” despolitizando-os e enfraquecendo a sua organização e luta revolucionária, o que acaba expropriando do trabalhador sua identidade, sociabilidade e subjetividade, descrita por Dias:

O capitalismo, desde o início, teve que, seguida e permanentemente, revolucionar-se sem cessar e expropriar os trabalhadores, tanto em relação aos instrumentos de produção quanto ao conhecimento e à identidade; expropriá-los na sua própria condição de existência enquanto classe<sup>19</sup>.

O que cabe perguntar é se há resquícios desse modelo de projeto destinado à classe trabalhadora desse período no presente? Quais os sentidos e significados atribuídos ao

---

<sup>16</sup> CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2001.

<sup>17</sup> Vadiagem era o termo utilizado para aquelas pessoas que se encontravam nas ruas ligadas ao trabalho de ambulante, feirantes, biscates, etc.

<sup>18</sup> CHALHOUB, Sidney. Op. cit.

<sup>19</sup> DIAS, Edmundo Fernandes. “Reestruturação produtiva”: forma atual da luta de classes. Disponível em <<http://www.scribd.com/doc/7011255/Edmundo-Fernandes-Dias-REESTRUTURACAO-PRODUTIVA-Forma-Atual-Da-Luta-de-Classes>> Acesso em 02 de jul. 2010.

trabalho pelas classes dominantes e pelos trabalhadores? E as crianças trabalhadoras vendedoras de picolé, quais os significados que atribuem ao trabalho que realizam?

Segundo Yara Khoury, a partir da década de 80, a historiografia investiga a constituição desse novo sujeito social, ou de um novo modelo de trabalhador, constituído a partir da história contemporânea do trabalho. O foco de investigação busca observar esses novos sujeitos históricos em seu próprio modo de vida, ou seja, os modos de viver, de trabalhar, de morar, de divertir-se e de lutar. Houve a necessidade de buscar entender o cotidiano desse trabalhador por meio da forma de trabalho na qual ele está inserido, e por meio desse entendimento sobre seu trabalho, busca-se discutir e analisar seu posicionamento frente a sua experiência, diante das relações de dominação e resistência que acaba constituindo-se nesse processo<sup>20</sup>.

Para Vera Telles, em seu artigo “Mutações do trabalho e experiências urbanas”, não foram somente as novas ocupações de trabalho que ocasionaram mudanças no trabalhador, mas sim, todo um processo que articula o próprio trabalho. Nesse processo, a pesquisadora analisa as circunstâncias atuais do mercado de trabalho, nele incluindo “todas as tramas do mundo social” que possam refletir sobre o trabalho e, dessa forma, os sentidos que lhe são atribuídos: “a cidade e seus espaços, outros agenciamentos sociais e também outros eixos em torno dos quais desigualdades, controles e dominação se processam, afetam formas de vida e os sentidos da vida”<sup>21</sup>.

Essas observações passam a ser trabalhadas em várias situações de relação entre trabalho e cidade, em que esse grupo de trabalhadores, inseridos em um modelo de trabalho, passa a ocupar diversos espaços, entre eles o próprio espaço da casa, que acaba transformando-se em campo de exploração capitalista em fundos de quintais, ao absorver e inserir todo o grupo familiar nessa “informalidade”, e, dentre eles, a própria mão de obra infantil.

A literatura sobre a temática do trabalho e trabalhadores produzida sobre as relações de trabalho em Marechal Cândido Rondon discute as transformações no mundo do trabalho, em sua grande maioria, caracterizadas pelo deslocamento da população que antes vivia na zona rural e que passa, agora, a compor o cenário urbano. O estudo de Rinaldo Varussa, “Daí eu agarrei o mundo” faz menção a esses trabalhadores que estão em constante deslocamento,

---

<sup>20</sup> KHOURY, Yara Aun. Do mundo do trabalho ao mundo dos trabalhadores. In: PORTELLI, Alessandro Et al. (org.). **Mundo dos trabalhadores, lutas e projetos**: temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea. Cascavel/PR: EDUNIOESTE, 2009. p. 123-140.

<sup>21</sup> TELLES, Vera da Silva et al. **Mutações do trabalho e experiência urbana**. Tempo Social, Revista de sociologia da USP, v.18, n.1, p.173-195.

por meio da busca por melhores condições de vida ditadas pelo trabalho, seja por meio da busca por melhores salários ou moradia, entre outros. Varussa aponta que foi, no final da década de 90, que esse processo pode melhor ser observado.

Esses novos “serviços”, entre eles vendedores ambulantes, catadores de material reciclável, sacoleiros, chapas, entre outros, não foram constituídos a partir da década de 1990, pois essa forma de trabalho e de sobrevivência para diversos trabalhadores, já estava presente em períodos anteriores a sua discussão. Mas, a grande problemática sobre o tema ocorreu pelo grande aumento de trabalhadores, ocupando esses espaços nas cidades em busca do seu sustento, visualizando o problema do desemprego. Em sua pesquisa, percebe-se que o trabalho na rua é ditado por dinâmicas e o trabalhador está permeado por ritmos e rotinas não só estipulados por eles, mas por outros agentes nesse processo. Para muitos desses trabalhadores, a falta do emprego formal leva-os a ocupar serviços que são ditados pela miséria, e, nesse ciclo, acabam inserindo no mercado toda a família, nela incluindo as crianças que também passam a ter suas vidas entrelaçadas pela rua<sup>22</sup>.

Varussa também observa que as maiorias desses trabalhadores não mais interessam ao mercado de trabalho, pois são trabalhadores que estão na faixa etária dos 40 anos, e que, como aponta no artigo “Catadores de papel em Marechal Cândido Rondon – PR”, a constituição desses trabalhadores ocorre, muitas vezes, quando são retirados do mercado formal. A única opção que lhes resta para sobrevivência é a ocupação no mercado dito informal: “eu resolvi catar papel porque não tinha outro serviço. Pra não ficar parado e a gente precisava (...) porque a pessoa com mais idade, pra firma não serve mais. Já não empregam mais”<sup>23</sup>. A fala desse trabalhador resume como esse novo mercado cada vez mais emprega trabalhadores que antes ocupavam o modelo tradicional de trabalho, colocando-os em um trabalho precário e mal remunerado, sem o amparo das normas da CLT.

Assim, observa-se que o “mundo do trabalho formal” descarta do mercado os trabalhadores, cuja faixa etária não lhe é útil para a expropriação do sobretrabalho, e, ao mesmo tempo, deixa de introduzir jovens que estão em plena idade para o ingresso ao trabalho, aumentando o número de trabalhadores nas filas do desemprego, o que faz aumentar o exército de reserva de mão de obra, que o sistema capitalista necessita. Esse mundo do trabalho, da mesma forma que descarta trabalhadores em plena atividade, necessita ampliar

---

<sup>22</sup> VARUSSA, Rinaldo José. “Daí, eu agarrei o mundo”: experiências e trajetórias de trabalhadores “sem profissão definida” a partir do Oeste do Paraná (décadas de 1970-2000). Mimeografado.

<sup>23</sup> VARUSSA, Rinaldo José. Catadores de papel em Marechal Cândido Rondon, PR: memórias, narrativas, experiências de vida e de trabalho. In: ALMEIDA, P. R.; KHOURY, Y. A.; MACIEL, L. A.; (Orgs) **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d’Água, 2006. p. 100-113.



seus ganhos por meio da inserção precoce da mão de obra infantil ao mercado de trabalho, produzindo mais-valia ao capitalista.

Esse novo olhar, diante desses novos sujeitos, é abordado no artigo de Rinaldo Varussa e Antonio Bosi, “O trabalho em disputa”, que busca problematizar a fala da imprensa, produzida pela Rede Globo de Televisão, que quer incutir a construção positiva sobre o trabalho. A postura da emissora é objetiva quanto aos argumentos utilizados “(...) sem padrão, sem carteira assinada, mas dentro da lei”. Em seus argumentos, está implícito, que o desemprego tem solução, basta apenas o “esforço” desse trabalhador em querer mudar de vida, e oferece-lhe as soluções através do mundo das cooperativas populares. O sonho pode tornar-se realidade. Desempregados possuem uma nova chance de assumir novos papéis nesse novo mundo do trabalho. Mas esse trabalho deve estar explicitado e constituído por meio da contínua subordinação capitalista, que Varussa e Bosi apontam de forma clara. Não mais ao padrão, pois acaba sendo articulado ao novo mercado capitalista, que o emprega ao modelo trabalhador/padrão. Buscam também problematizar como esses novos trabalhadores enxergam-se e posiciona-se nesse novo enquadramento frente às novas formas de trabalho, e nelas a própria luta de classe, em que a mudança sofrida no mundo do trabalho e dos trabalhadores é de longe um modelo homogêneo e submisso a essas mudanças<sup>24</sup>.

Outra forma encontrada para solucionar problemas sociais presente no espaço da cidade foi a intervenção das classes dominantes por meio de várias instituições filantrópicas, entre elas, na cidade de Marechal Cândido Rondon, o CSU (Centro Social Urbano) e a Guarda Mirim, ambas tendo como foco a disciplina dessas crianças “problemas” por meio da educação para o trabalho. O trabalho de Marcos Smaniotto busca apresentar essas justificativas, empreendidas pelas instituições e classes dominantes, no qual define que: “(...) são estes ‘aparelhos’ que dão forma aos interesses privados como sendo coletivos, que atuam para deixar de ser apenas classe dominante e se transformarem em classe dirigente, enfim, que ampliam o Estado em benefício próprio”<sup>25</sup>.

E através de seus “generosos gestos humanitários” acabam, como Smaniotto aponta, apropriando-se de vários direitos trabalhistas, que não são atribuídos a esses adolescentes. Entre eles, encargos sociais, horas-extras, insalubridade, entre outros.

---

<sup>24</sup> BOSI, Antônio Paula.; VARUSSA, Rinaldo José. O trabalho em disputa. In: \_\_\_\_\_. PORTELLI, A. et al. **Mundos dos trabalhadores: lutas e projetos históricos**. 1 ed. Cascavel: EDUNIOESTE, 2009, v. 1, p. 27-52.

<sup>25</sup> SMANIOTTO, Marcos Alexandre. **A burguesia rondonense em ação: a formação e atuação da Guarda Mirim (1966-1979)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Em História, Poder E Práticas Sociais. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, Campus de Marechal Cândido Rondon, Paraná, 2008.

A partir das últimas décadas do século XX que diversos setores da sociedade, entre eles movimentos sociais e populares, buscaram questionar a condição de exploração sofrida por crianças e adolescentes no país. Dessa forma, a condição da criança e do adolescente ganhou novos olhares e debates, deixando de ser apenas uma questão humanitária para caracterizar-se como um problema social, tanto quanto econômico, no qual o Estado passa a assumir uma “responsabilidade” frente ao problema. Nessas circunstâncias foi criado o Estatuto da Criança e Adolescente, Lei nº. 8.069/90, de 13 de julho de 1990 (ECA), em defesa dos direitos da criança e do adolescente no país. O referido estatuto estabelece que é proibido qualquer trabalho a menores de 16 anos de idade, salvo apenas na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos de idade. Essas crianças passam a ser “amparadas” por vários órgãos que as protegem como, por exemplo, o Conselho Tutelar (CT) o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e diversos movimentos populares em prol do direito das crianças. Depois de passados mais de vinte anos da criação da referida Lei e das pressões dos movimentos sociais, percebe-se que, na prática, com a execução do Estatuto da Criança e do Adolescente conseguiu-se promover e retirar do mundo do trabalho milhares de crianças. Mas, ao mesmo tempo em que ocorre a retirada das crianças trabalhadoras do mercado de trabalho, ocorre à inserção de novas crianças em diversas formas de exploração. Cabe perguntar nessa pesquisa, quais motivos e razões para que esses pequenos trabalhadores estejam inseridos no mundo do trabalho, cada vez mais precocemente?

Assim, essa pesquisa busca não apenas ser um trabalho acadêmico, mas sim, tornar-se uma denúncia do trabalho infantil na cidade.

Para analisar sobre a questão do trabalho infantil, a pesquisa foi dividida em dois capítulos, em que se buscará discutir as questões apresentadas:

No Primeiro Capítulo: “O trabalho não mata ninguém”: disputas pelo trabalho infantil, utilizou-se como fonte de pesquisa a imprensa local, em que se busca identificar sua condição de interlocutor e integrante dos projetos da classe dominante da sociedade rondonense, na busca da realização de uma construção de educação por meio do trabalho. Elaborou-se uma análise crítica sobre trabalho e sociedade referente à exploração do trabalho infantil.

No Segundo Capítulo: “Aquela vez eles não deixavam mais vender, mas agora eles deixam”: cotidiano, narrativas e trabalho infantil em Marechal Cândido Rondon, analisou-se o trabalho empregado pelas crianças na venda de picolés na cidade de Marechal Cândido Rondon, discutindo os mundos das crianças trabalhadoras, os limites e pressões para o trabalho infantil, a exploração, cotidiano familiar e as “leis” que imperam nessa sociedade a favor da manutenção do capitalismo.

## Capítulo I

### “O trabalho não mata ninguém”: disputas pelo trabalho infantil

Eu quero um trabalho honesto  
 Em vez de escravidão.  
 Deve haver algum lugar  
 Onde o mais forte  
 Não consegue escravizar  
 Quem não tem chance.  
 (Legião Urbana)

A proposta desta pesquisa é analisar a construção da narrativa, produzida pela imprensa local, construindo e colaborando com a manutenção de projetos políticos e sociais das classes dominantes, intercedendo na conduta de crianças e adolescentes que se utilizam de ruas e praças como espaço sociabilidade e de trabalho, redirecionando-as ao mercado de trabalho.

A abordagem da imprensa local sobre a questão do trabalho infantil mostra-se de forma contrária a presenciada nas duas últimas décadas, que propõe a defesa dos direitos da criança e do adolescente, presentes no embate de vários órgãos que buscam a erradicação da exploração do trabalho infantil.

Na cidade de Marechal Cândido Rondon, uma matéria jornalística, apresentada pelo jornal “O Presente”<sup>26</sup> revela como esse tema vem sendo trabalhado pelos integrantes da administração pública da cidade. O título da reportagem, “Prontos para Trabalhar”, publicada dia 11 de dezembro de 1998, no caderno central, lança uma breve notificação sobre a campanha, realizada por órgãos públicos, redimensionada ao projeto social que procura interligar criança e trabalho:

[...] os onze integrantes da primeira etapa do Projeto Integração Engraxate receberam o uniforme e a caixa para o trabalho. O projeto é coordenado pelo juiz do trabalho de Marechal Cândido Rondon, Carlos H. M. S Mendonça, que conta ainda com o apoio do Sargento Paulo, da Polícia Militar, e de Agenor Schuck, do Centro Social Urbano rondonense<sup>27</sup>.

<sup>26</sup> O jornal “O Presente” de Marechal Cândido Rondon – PR tem como proprietários, Arno Kunzler e Paulo R. A. K. P Cappetti, possui circulação diária com tiragem de 7.500 exemplares, abrangendo 28 municípios do Estado.

<sup>27</sup> O PRESENTE. Ano 08, nº 366, 11 de dezembro de 1998. p.07.



FIGURA 1 – Crianças do Projeto “Integração Engraxate”. O Presente. Ano 08, nº 366, 11 de dezembro de 1998. p. 07.

A reportagem oferece ao leitor as imagens desses pequenos trabalhadores, ladeados pelas autoridades citadas, todos eles devidamente uniformizados com seu jaleco de trabalho e com a identificação no crachá. A foto, editada na reportagem, busca transmitir ao leitor o controle social sobre essas crianças, por meio das instituições que amparam o projeto. E nada melhor do que a escolha do próprio Poder Judiciário, a Justiça do Trabalho, para sacramentar esse projeto político.

Lançar o olhar para as entrelinhas dessa reportagem é colocar-se diante de questões que se busca responder na problemática da pesquisa. A utilização da imprensa está muito além de ser apenas uma fonte de informação para esta investigação, pois a leitura sobre o periódico leva-nos a questioná-lo como produtor e propugnador de projetos e práticas sociais, que estão em disputas pelas classes dominantes na sociedade.

Essas disputas estão marcadas de forma exordial pelo controle social, ou seja, essas crianças passam a ser observadas e controladas pela Polícia Militar, Justiça do Trabalho, Executivo e pela própria sociedade, através da uniformização das crianças trabalhadoras, identificando-as facilmente.

A prática social implantada junto aos pequenos trabalhadores acaba revelando não apenas o controle social desejado pela classe dominante, frente às camadas pobres da sociedade. Como discute Stuart Hall, na obra “Da Diáspora”, no artigo “Notas da desconstrução do popular”, ocorre uma busca incessante da classe dominante em assumir o papel de propulsora de ações sobre as classes populares, assumindo “papéis” que têm como

propósito dilacerar a cultura dos trabalhadores. Mas, segundo Hall, não há como visualizar uma cultura popular “íntegra, autêntica e autônoma”, pois ela vem sendo remodelada, pelas atitudes tomadas pelos trabalhadores, no processo de transformação constante. Para Hall, a cultura dos trabalhadores parte de tensões absorvidas por meio do “relacionamento, influência e antagonismo” com a cultura dominante. Portanto, a luta de classe em torno da cultura deve ser entendida em um processo que permite visualizar as contradições de classes que permeiam o capitalismo. Dessa forma, a “transformação” da classe trabalhadora, ou seja, a busca dos interesses que estão em disputa pelas classes dominantes, ocorre por meio de práticas sociais hegemônicas, que necessitam enquadrar as crianças pobres à reeducação para o trabalho, à “moralização” das classes trabalhadoras. Na verdade, ‘desmoralização’ dos pobres e de ‘reeducação’ do povo”<sup>28</sup>, percebida claramente nas entrelinhas da reportagem do jornal “O Presente”.

Esses elementos, na reportagem, levam a discutir quais disputas estão sendo apresentadas naquele contexto. A primeira é a própria disputa pelos sentidos e significados do trabalho infantil, apontando o posicionamento que a classe dominante o emprega em sua utilização e em suas narrativas. A segunda questão é ambígua conduta da Justiça, e sua aplicação e compreensão sobre o trabalho infantil, a atitude do excelentíssimo Juiz do Trabalho de Marechal Cândido Rondon frente a sua intervenção e prática empreendida sobre o trabalho precoce dessas crianças, pois as normas do Estatuto da Criança e o Adolescente lhe conferem a condição de sujeito que deveria resguardar os direitos da infância e juventude.

A preocupação dos órgãos públicos participantes nesse projeto, ao diferenciar esses trabalhadores infantis por meio de uniformes e crachás, pode levantar questões presentes no cotidiano da cidade, referente ao problema das crianças presentes nas ruas. Dessa forma, órgãos como a Polícia Militar coíbem a presença de crianças perambulando e praticando o “ócio” pelas ruas da cidade, buscando, assim, exercer o controle sobre os mesmos. Mas em nenhum momento, desde a criação do Jornal, no ano de 1992, foi identificada qualquer reportagem informando que as crianças trabalhando ou circulando pelas ruas da cidade constituíam-se num problema social. Pode-se afirmar que até esse momento a permanência de crianças pelas ruas parecia não afetar o cotidiano e o projeto da burguesia da cidade. Quais as pressões para essa mudança no padrão político de tratamento com as crianças? Quais as razões para que os órgãos públicos dessem visibilidades para políticas e práticas sociais direcionadas aos filhos dos trabalhadores?

---

<sup>28</sup> HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. (org. Liv Sovik). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p. 247-264.

Como afirma Aparecida Souza, esse problema social é articulado pelas classes dominantes e órgãos públicos para obter o controle social de crianças e adolescentes que utilizam as ruas como espaço de trabalho e moradia, nelas também incluindo todo o processo de “marginalização” que passam a ser vinculados. É, a partir desse momento, que a presença de crianças pelas ruas da cidade, trabalhadoras ou não, passa a ser considerado um problema social. A classe dominante local, então, para garantir o controle das crianças e adolescentes utiliza-se do trabalho para o enquadramento na ordem social vigente<sup>29</sup>.

Assim, dessa nova “reestruturação” em relação ao trabalho e nela as leis que coíbem e proíbem o trabalho infantil, e o próprio trabalho de aprendiz, busca-se questionar como a classe dominante, junto com a imprensa, articula-se para redefinir seu posicionamento hegemônico frente às classes subalternas, e perceber, por meio da imprensa local, como ocorre à intervenção de projetos, que agregam os interesses da continuidade da exploração gerenciada pela burguesia, e que necessita do respaldo positivo da sociedade frente seus projetos.

Observando os meios de comunicação de massa do mundo contemporâneo, pode-se perguntar qual é a sua “verdadeira” intenção ao apresentar, noticiar ou omitir acontecimentos presentes no cotidiano da sociedade capitalista. E cabe aos pesquisadores ater-se às questões que permeiam o seu posicionamento e atuação, pois a imprensa busca articular o acontecimento do presente em projetos futuros, para, além disso, observar as formas da escrita, como ocorre sua abordagem sobre o tema, e quais os seus objetivos mais intrínsecos em suas narrativas.

Segundo Cruz e Rosário, em sua problemática referente ao uso da imprensa como fonte de pesquisa, apontam que não se deve apenas, focalizar que a imprensa se constitui de uma opinião própria, e sim que possui seus princípios e tendências na produção da hegemonia, dentre elas “delimitam espaços, demarca temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos”. E, por meio de sua escrita, pode-se perceber suas articulações, brechas abertas que mostram seus ideais e projetos, articulados com o grupo social vigente no poder, o que demonstra sua interligação nas diversas vias da vida social, política e cultural. A imprensa busca sempre focar memórias não tão passadas de glórias construídas, e as aplica em um contexto, que abordam suas afirmações de projetos que alavanca a predominância da classe dominante, omitindo a realidade vivenciada no presente que se compõe, articulando, dessa

---

<sup>29</sup> SOUZA, Aparecida Darc de. Meninos e meninas que vivem e ou trabalham nas ruas: um problema social para Uberlândia nos anos 1980. **História e perspectivas**, n. 27 e 28, jul. / dez. 2002/ jan./jun. 2003, Uberlândia-MG, Universidade Federal de Uberlândia. p. 333-356.

forma, as relações presente/passado e posicionando-as para o futuro, quebrando por vezes lutas sociais no presente dos trabalhadores<sup>30</sup>.

A imprensa constrói a imagem que noticia a “veracidade” dos fatos, sem que seja questionada. Em sua posição de “transmissora dos fatos”, busca ocultar seu real envolvimento com o grupo social que com que ela se articula. Dessa forma, pode apresentar, por meio de seus textos, somente o que lhe é interessante, deixando de noticiar fatos que possam desvirtuar seus projetos, e que acabam sendo articulados e maquiados por seus editores.

É nesse contexto de disputas, entre eles, que acontece a própria formação de opinião hegemônica, com que a imprensa vincula suas reportagens. Na análise das reportagens do periódico “O Presente” sobre a questão da criança, identifica-se uma superficialidade nas informações presentes no editorial, que provoca o não questionamento da situação apresentada, apenas “informado” que o problema apresentado fora solucionado, ocultando a realidade dos fatos. Laura Maciel discute, no artigo “Produzindo notícias e histórias”, a posição da imprensa e de agências de notícias do século XIX e XX, quanto ao uso de estratégias que buscavam o silenciamento, omissão e, por vezes, a pouca informação em suas reportagens, com o objetivo de resguardar acontecimentos em seu benefício. A conduta da imprensa deve ser questionada e problematizada, pois seu espaço (jornal) constitui-se, junto com outras forças sociais, um veículo que propaga os ideais e projetos, que ambos buscam constituir no futuro<sup>31</sup>.

A partir dessa problemática, pode-se perguntar quais os silêncios e projetos presentes na cidade de Marechal Cândido Rondon, sobre o trabalho, especialmente sobre a inserção da mão de obra infantil? Nessa pesquisa utiliza-se o jornal “O Presente” entre os anos de 1997 e 2010, que noticia em suas reportagens o trabalho de crianças na cidade. Remetendo-me à discussão de Souza, “(...) a formação de uma percepção comum da classe dominante sobre as experiências da infância e adolescência pobres”<sup>32</sup>, por meio de projetos de educação em que o “problema” deve ser resolvido, por meio de trabalho para essas crianças. A partir dessa proposta, o trabalho passa a ser a solução para todos os “males” ou “más condutas” das crianças, que utilizam as ruas diariamente.

A utilização de mão de obra infantil, na cidade de Marechal Cândido Rondon, foi tema de reportagem, no ano de 1997, com a divulgação do projeto “Da rua para a escola”. Esse

---

<sup>30</sup> CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, EDUC, n.35, p. 255-272, dez.2007.

<sup>31</sup> MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920. In: FENELON, D. R. et al. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d’Água, 2004.

<sup>32</sup> SOUZA, Aparecida Darc. op. cit. p. 333.

projeto visava o encaminhamento de crianças e adolescentes para o espaço escolar, retirando-os da “ociosidade”, que a rua oferecia:

A maioria dessas crianças não estudavam porque trabalhavam para ajudar a família ou simplesmente perderam o vínculo com a escola, utilizando o tempo para perambular pelas ruas (...) nenhuma criança ou jovem prefere levantar às seis horas da manhã para um trabalho forçado, a ter que estudar<sup>33</sup>.

A sequência da reportagem informa ao leitor do periódico, que ocorre um acompanhamento dessas crianças na atividade escolar, já que necessitam manter boas notas para a sua permanência no projeto e receber a cesta básica.

O trabalho de acompanhamento também é realizado no sentido de verificar se o estudante realmente tem tempo necessário para acompanhar a atividade escolar, além de apoiar a família na busca de melhores condições de vida, através de emprego e conhecimentos básicos. “Este apoio é para que, no final do projeto, que tem duração de um ano, as famílias tenham condições de manterem-se economicamente e, aos seus filhos, na escola”<sup>34</sup>.

Muitos estudos que discutem o trabalho infantil apontam que a maioria das ações governamentais e não-governamentais buscam oferecer ajuda financeira, com exemplo, bolsa família, bolsa escola e a própria cesta básica, para assegurar que a criança não volte para a atividade que ocupava, já que um dos fatores principais da utilização dessa mão de obra é que o trabalho dessa criança contribui para aumentar a renda familiar, isso quando ela não é a única renda da família, como está expressa na reportagem a questão do desemprego e miséria no país.

As assistentes sociais do CSU – Centro Social Urbano de Marechal Candido Rondon, visitaram 168 famílias para selecionar 60, que serão beneficiadas pelo projeto “Da rua para a escola”, da secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família. O projeto prevê o repasse de uma cesta básica para as famílias carentes, que têm crianças em idade escolar. “Desta forma, estaremos evitando que os menores deixem as escolas para ajudar nas despesas da casa”<sup>35</sup>.

O uso do termo “menor”, no editorial, informa a perspectiva que orienta a classe dominante local, no processo de identificação de crianças e adolescentes pobres, como afirma Souza<sup>36</sup>. Esse termo é apontado por Irene Rizzini, em sua obra “O século Perdido”, que busca discutir as políticas públicas adotadas para com os trabalhadores e seus filhos, incluindo os

<sup>33</sup> O PRESENTE, 20 de junho de 1997, p.08.

<sup>34</sup> O PRESENTE, 20 de junho de 1997, p.08.

<sup>35</sup> O PRESENTE, 20 de junho de 1997, p.08.

<sup>36</sup> SOUZA, Aparecida Darc. op. cit.



projetos destinados à “salvação” da criança, para se tornar o “futuro trabalhador do país”. Como coloca Rizzini, a Justiça e Assistência nas primeiras décadas do século XX criaram uma instância reguladora da infância: “o Código de Menores”<sup>37</sup>, ambas inserem-se na lógica do modelo filantrópico, que visava o saneamento moral da sociedade que incide sobre o pobre. Tornam-se politicamente viáveis ao servir a função regulatória de enquadrar os indivíduos, desde a infância, à disciplina e ao trabalho <sup>38</sup>.

Pode-se concluir que a campanha definida no editorial busca inserir as crianças e adolescentes no âmbito escolar, mas não há em nenhum momento a intenção das autoridades citadas de coibir ou proibir o trabalho infantil, desde que a criança permaneça em um período presente no espaço escolar. A posição do Juiz busca um respaldo positivo pelo projeto de “inclusão” dessas crianças no mundo do trabalho. Dessa forma, as crianças que, de alguma forma estão inseridas no trabalho, são levadas a enquadrar-se em projetos ditados pela classe dominante, que busca prevenir uma conduta que ofereça ameaças a sua tranquilidade. A visão positiva é que o trabalho tem poder de recuperar suas “falhas de condutas”. Já o projeto “Da rua para a escola” busca solucionar um problema social da cidade, que são as crianças que perambulam pelas ruas, porém, até naquele momento, não parecia algo que necessitasse de mudanças. O problema enfrentado na cidade com crianças que não frequentam a escola, e que necessitam de projetos assistenciais, pode ser esclarecido com outra reportagem do jornal, com o título “Criança na escola”, que divulgou o número de crianças e adolescentes que não frequentam a escola.

Segundo dados do IBGE, Marechal Cândido Rondon possui 155 crianças e adolescentes fora da escola na faixa etária entre 7 e 14 anos. O número é considerado alto e será reduzido através de um trabalho envolvendo a sociedade organizada. (...) e o sucesso depende de todos: escolas, empresas, universidade, organizações governamentais e não-governamentais e o cidadão rondonense <sup>39</sup>.

A responsabilidade atribuída a diversos sujeitos sociais, destacados no editorial, demonstra que há uma preocupação de alguns setores da sociedade, em reduzir o número de crianças que não frequentam a escola. Mas essas crianças e adolescentes estão ocupando qual

---

<sup>37</sup> Segundo Rizzini, já no início do século XX, ocorreram projetos de Lei no Executivo, que buscavam mudanças relacionadas com a categoria da infância no país. O termo infância no século XIX era utilizado para designar os anos de desenvolvimento de um indivíduo, até atingir sua maioridade, e o termo menor indicava aqueles que não atingiram a maioridade, ou seja, 21 anos. Assim até o século XX, havia pouca ou quase nenhuma distinção entre a fase da infância e da adolescência. E passa nesse século a ser utilizado o termo menor na busca de diferenciar uma categoria que designa a infância pobre e delinqüente das outras crianças. Cf. RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Petrobrás-BR; Ministério da Cultura: USU Ed. Universitária: Amais, 1997.

<sup>38</sup> Idem, ibidem.

<sup>39</sup> O PRESENTE. 06 de fevereiro de 1998, p. 07.

espaço público nesse período? Quais as justificativas que levam o editor do jornal “O Presente” atribuir as responsabilidades aos diversos setores da sociedade para solucionar o problema dessas crianças fora da escola? O que significa associar “escolas” e universidades, às “empresas”? Porque as ONGs foram relacionadas? O fato de relacionar essas organizações não-governamentais às organizações governamentais, escolas e universidades já não informa de quê lugar social está partindo o periódico, informando a “solução” para o “problema”?

Segundo Rizzini, nos primeiros anos da República o termo educação vinha corroborar com o objetivo de educar as crianças contra o ócio e à criminalidade, sendo um meio da classe dominante ter o controle sobre a camada pobre e perigosa da sociedade<sup>40</sup>.

Outra reportagem ampla sobre o assunto é apresentada no “caderno central” do jornal “O Presente”, noticiando como o município de Marechal Cândido Rondon solucionou o problema das crianças de rua, com o título “Onde estão as crianças de rua?” Nela aparece uma foto colorida, ilustrando o papel que o CSU assume com essas crianças, em que uma criança da instituição oferece à diretora um dos produtos ali cultivados.

Enquanto milhões de meninas e meninos brasileiros passam seus dias a esmo, procurando drogas e comida pela manhã; drogas, comida e pouso à tarde; e repousam (será?) em viadutos e obras abandonadas, com a preocupação de onde achar droga e comida no dia seguinte, em Marechal Cândido Rondon elas têm a oportunidade de sonhar [sic] ao estilo “quando crescer quero ser...”<sup>41</sup>.

Essa reportagem refere-se ao CSU, instituição mantida pelo Poder Público Municipal. A diretora é a primeira-dama, Rosane Limberger, que deixa explícito em sua fala que essas crianças amparadas pela instituição CSU somente estão no programa pela iniciativa da prefeitura, pois todas as atividades de que as crianças participam: “não teriam se fossem esquecidas pela prefeitura”<sup>42</sup>. Limberger busca incutir que o problema é algo presente em outras localidades do território brasileiro, porém não condiz com a realidade presenciada da cidade. Os projetos citados anteriormente, buscam atenuar os problemas, relacionados com crianças e adolescentes que utilizam as ruas como espaço de sociabilidade e de trabalho.

Esses projetos que disputam o sentido da educação e do trabalho para as crianças e adolescentes, defendidos pelo periódico, além da retirada dessas crianças do convívio das ruas, a execução de um projeto de futuro que são executados pela instituição:

---

<sup>40</sup> RIZZINI, op.cit. p.240.

<sup>41</sup> O PRESENTE. Ano 07, nº329, 27 de março de 1998, Caderno Central.

<sup>42</sup> O PRESENTE. Idem, ibidem.

O Executivo rondonense é que sustenta o CSU, tendo a entidade como “braço direito” na luta pela melhoria da qualidade de vida da população. É no berçário que crianças têm repouso tranqüilo e seguro, é nas salas de aula que pedagogas encaminham-nas para o currículo escolar, e é nas **oficinas de babá, marcenaria, padaria e datilografia que elas são preparadas para o mercado de trabalho**, cada dia mais exigente de profissionais qualificados. (...) Ao educar pais e crianças para o **uso racional de tempo, de dinheiro e de conhecimentos**, o CSU prepara toda a família para se auto manter e crescer sem necessidade de “bengalas” assistenciais<sup>43</sup>.

A construção e idealização do projeto com as crianças acontecem por meio do ensinamento de oficinas profissionalizantes, oferecidas na instituição. E com essa prática social que conseguem manter as crianças afastadas do cotidiano das ruas e tentam incutir nessas crianças a visão positiva sobre o trabalho educador e provedor de garantias futuras, com sua colocação no mercado de trabalho. Essa fala enuncia claramente o projeto da classe dominante em defesa do trabalho infantil, para, além disso, a visibilidade do ensinamento ao trabalho desqualificado, visto que as oficinas descritas pela primeira-dama oferecem “profissões” que estão muito longe de emancipar as crianças, apenas buscam encaminhá-las a uma profissão já predefinida, em ocupações que as disponibilizam ao mercado de trabalho. Outro ponto chave, presente na reportagem, é a preocupação da classe dominante em poder administrar o “tempo” desses sujeitos sociais, “ao educar pais e crianças para o uso racional de tempo”. Nesse sentido, é preciso identificar a clara intenção de controlar o tempo ocioso e o tempo do trabalho dos trabalhadores e dos seus filhos.

Como aponta E. P. Thompson, em sua obra “Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial”, ocorre por parte da sociedade capitalista a criação da noção do tempo que é vinculada ao termo “tempo é dinheiro”, ou seja, ocorre por meio dessa absorção sobre o tempo, a busca do controle e disciplina almejada pelos capitalistas sobre os trabalhadores. Dessa forma, a noção do tempo na sociedade capitalista foi construída historicamente, como não pertencendo mais ao trabalhador. Ocorre a separação do tempo do trabalho, do tempo livre da sua vida. A construção histórica do tempo é baseada em um conceito moral do tempo, que dita ao trabalhador que o tempo não deve ser desperdiçado, e que esse é o tempo do trabalho, que assume novos ritmos, hábitos e disciplina, em uma nova forma de percepção sobre o tempo desses trabalhadores<sup>44</sup>. O uso racional do tempo, descrito no periódico, faz menção de como esse trabalhador deve posicionar-se frente ao trabalho, indicando que é tempo desperdiçado aquele que se mantém na ociosidade das ruas. Desta forma, os preceitos

<sup>43</sup> O PRESENTE. Ano 07, nº 329, 27 de março de 1998, Caderno Central. (Grifo nosso).

<sup>44</sup> THOMPSON, Edward Palmer. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: \_\_\_\_\_. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

sobre a utilização do tempo, criados historicamente, fazem-se presentes nos projetos da classe dominante contemporânea.

As crianças da Instituição aparecem em outra reportagem, com o título bem sugestivo: “Promovendo o ser humano”. Esta ocupa duas páginas do periódico e contém diversas fotos para demonstrar como ocorre o “trabalho educativo” nas oficinas profissionalizantes<sup>45</sup>. O jornal busca, novamente, respaldar positivamente esses projetos de “reeducação” dessas crianças e adolescentes, por meio da disciplina diária do trabalho, encaminhando-os para a execução de seu “projeto reeducador”. Assim, com esse espaço, vislumbram ter em suas mãos o controle dessas crianças por meio de suas práticas sociais sobre os setores pobres da sociedade, postas em prática em sua Instituição dita filantrópica.

Costumam brincar com a primeira-dama de Marechal Cândido Rondon, Rosane Limbeger, que ao invés de três filhos ela tem 817. Isto devido a dedicação que ela e sua equipe oferecem às 815 crianças atendidas pelo Centro social Urbano (CSU). “O nosso maior objetivo é a promoção do ser humano”. (...) Nosso maior interesse é transformar essas crianças em verdadeiros cidadãos, lhes oferecendo a possibilidade de um **futuro melhor**<sup>46</sup>.

A noção de futuro ou da construção do projeto político para o futuro pode ser observado em suas entrelinhas, por meio do conceito de trabalho, empregado pela instituição, ou seja, é por meio da educação para o trabalho que essas crianças podem tornar-se “verdadeiros cidadãos”, e modificar a situação em que se encontram, construindo o tão sonhado “futuro melhor”. Assim criam expectativas sobre esses sujeitos, no presente, para consolidar seus projetos em andamento em relação ao trabalho. A reportagem apresenta fotos de crianças ocupadas com o trabalho, e, cada ilustração contém pequenos textos, informando como é esse dia-a-dia da criança no CSU.

Na padaria do CSU, algumas pequenas ajudantes surgem. O setor garante pão, bolachas e cucas para a alimentação das crianças. O excedente é vendido. Na oficina de alimentos as meninas do Cemic aprendem como que brincando: **profissionalização para o futuro**. Sr. Alberto, Rosane e dois alunos do Cemic, na horta do CSU, que também tem aviário e vacas leiteiras. A produção consumida pelas crianças e o restante é vendido em prol do CSU. A sala de costura do CSU garante os figurinos para o grupo teatral do CSU e demais coisas necessárias, gerando economia e renda.<sup>47</sup>

Surge assim, uma nova questão: Qual foi o período e as pressões para o aparecimento dessas crianças nas ruas? Como e o porquê se tornou um problema social e político, que

<sup>45</sup> O PRESENTE. n° 469, 01 de dezembro de 2000. p 41.

<sup>46</sup> O PRESENTE. 01 de dezembro de 2000. Caderno Geral, p. 40, n° 469. (grifo nosso).

<sup>47</sup> O PRESENTE. 01 de dezembro 2000, n° 469. p.40-41. (grifo nosso).

deveria haver uma solução? Como e por que a educação profissional apresentou-se como uma solução? Talvez, como aponte Souza, “toda a proposta de ação se fundamentava na adequação da infância e da adolescência à ordem social pela disciplina do trabalho”<sup>48</sup>. A instituição criada pela Poder Público Municipal, o CSU, tem intenção de educar e disciplinar pelo trabalho, alterando e forjando outras expectativas nas crianças e nos trabalhadores em geral, buscando naturalizar as significações construídas pelas crianças e socialmente sobre as condições de pobreza e miséria dos trabalhadores.

A omissão dos fatos pela imprensa é dado concreto, pois deixa de informar seu leitor sobre a real situação presente na sociedade, obstruindo as informações ou somente introduzindo em suas matérias questões vagas sem qualquer aprofundamento lógico para aquele dado problema social. Percebendo a imprensa enquanto co-autora de uma intencionalidade de hegemonia, Cruz e Peixoto posicionam-se a respeito da imprensa como sendo ela “uma força ativa da história do capitalismo e não como mero depositário de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas”<sup>49</sup>.

Observa-se a omissão de dados sobre o trabalho infantil, em outra reportagem do mesmo projeto “Da Rua para a Escola”:

Dezenas de crianças e seus familiares inscritos no programa Da Rua para a Escola. (...) ao todo, são 60 famílias beneficiadas com a segunda edição do projeto que visa, principalmente, a retirada de crianças do mercado de trabalho. Além do material escolar, são repassados cestas básicas com mais de 40 quilos cada uma, em razão de ser a falta de recursos, até para a alimentação, que afasta crianças da escola <sup>50</sup>.

Em resumo, é possível afirmar que o periódico encobre fatos e grupos sociais que utilizam da mão de obra infantil na cidade. Outro problema presente nas entrelinhas do jornal, é a utilização do trabalho infantil na cidade de Marechal Cândido Rondon, demonstrando que essa prática exploratória do trabalho sobre crianças e adolescentes compõe o cenário e espaços de produção capitalista em setores da economia rondonense. Não se pode deixar de apontar que ocorre a omissão dos direitos da criança e do adolescente pelos órgãos públicos, já que em nenhum momento foi apresentado pelo periódico aqueles que as infligiam, utilizando-se da mão de obra infantil. O projeto também oferecia a doação de cestas básicas, o que leva a identificar vários problemas sociais, enfrentados pelas crianças e seus familiares, como a própria condição precária na qual vivem. Assim, focaliza mais um problema social que é a desigualdade social evidenciada na baixa renda familiar presente na grande maioria da

---

<sup>48</sup> SOUZA, op. cit. p. 346.

<sup>49</sup> CRUZ . PEIXOTO. op. cit. p. 258.

<sup>50</sup> O PRESENTE. 27 de fevereiro de 1998. Ano 07, p.20 nº325.

população. Talvez, seja essa a pressão que leva à inserção cada vez mais da mão de obra infantil no mercado. É o que está no enunciado de outra reportagem, em que Rosane Limberger aponta que o problema em Marechal Cândido Rondon está vinculado com a baixa renda familiar “(...) estaremos evitando que os menores deixem as escolas para ajudar nas despesas da casa”<sup>51</sup>.

Outra questão que se pode afirmar, é que o problema enfrentado pelos sujeitos sociais que o projeto abrange, demonstra a real situação de desigualdade social e econômica presente na cidade. Essa extrema desigualdade vivenciada pelos trabalhadores revela novas situações, em que a burguesia rondonense, necessita articular projetos políticos e sociais, apresentados acima, para “amenizar” o “problema” vivenciado no período, revelando, dessa forma, a contínua luta de classes presentes na cidade.

A superficialidade e a intencionalidade da imprensa, citada, expressa-se na sua conduta ética. Ora sendo uma depositária de comunicação social para a sociedade, vista na reportagem sobre o projeto “integração engraxate”, em que apenas oferece uma visão parcial da real situação das crianças que participam do projeto, sem fornecerem dados como, idade, situação familiar e motivos que levam essas crianças a serem inseridas ao mundo do trabalho, ou seja, sem a real intenção de informar a integridade dos fatos, apenas fornece uma versão do fato, maquiando a tendência de órgãos governamentais e não-governamentais que se utilizam das mazelas sociais para se autopromover por meio da pobreza enfrentada pelos sujeitos sociais.

Percebe-se a continuidade do projeto de trabalho disciplinador, quando novamente respalda-se para a população a necessidade de sua participação nos projetos, que buscam desviar a real situação dos problemas que essa camada social vivencia. Essa articulação entre Imprensa e Órgãos Públicos pode ser verificada em outra reportagem da “Integração Engraxate”, promovida novamente pelo Excelentíssimo Juiz do Trabalho de Marechal Cândido Rondon, Carlos H. M. S Mendonça. Esse magistrado lança a campanha de apelo à comunidade para colaborar com um valor estipulado mensalmente para dar continuidade ao Projeto Integração Engraxate, que atende várias crianças da cidade. A reportagem utiliza uma imagem, na qual apresenta o menino em sua função de engraxate, e abaixo da foto explica como ocorre essa interligação criança e o mundo da exploração do trabalho consentida, sem qualquer vínculo empregatício: “Os engraxates visitam as empresas e residências oferecendo seus préstimos”<sup>52</sup>.

---

<sup>51</sup> O PRESENTE. 27 de fevereiro de 1998. Ano 07, p.20 nº325.

<sup>52</sup> Idem, 30 de julho de 1999, p. 06.

Observa-se a contradição tanto da imprensa quanto do próprio órgão responsável que deveria trabalhar para a erradicação do trabalho infantil, pois até um determinado momento, a campanha do periódico publicava a tentativa do desmantelamento dessa exploração. Nesse novo contexto, mostram-se interessados na continuidade do trabalho infantil, sem preocupação com as condições físicas e sociais dessa criança em sua inserção no mundo do trabalho.

Como aponta Souza, a introdução da criança ao meio do trabalho por forma “assistida”, pode levar a relacioná-la com outra intenção de controle sobre a camada pobre da sociedade, que ocorre em “(...) defesa do trabalho com instrumento de prevenção e recuperação do processo de marginalização vivido por crianças e adolescentes pobres”<sup>53</sup>.

A retirada dessas “crianças problemas” das ruas enuncia a continuidade do projeto que busca inculcar a positividade sobre o trabalho. Constitui-se, também, como campanha do Conselho Tutelar da cidade, a qual se utiliza da aplicação do trabalho com a função de educar e desvincular o “pequeno infrator” de seus “atos transgressores” na sociedade:

É um jovem de quinze anos, que tem antecedentes, mas que, graças ao trabalho do conselho, está pronto para retomar ao convívio na sociedade. Se alguma empresa, ou alguma família necessita do trabalho de um jovem nesta idade, que lhe dê esta oportunidade, contribuindo para a reintegração social<sup>54</sup>.

A colocação do problema desse adolescente remete à discussão de Smaniotto, em que aponta que a instituição filantrópica “Guarda Mirim”, pesquisada por ele, utiliza sua ação diante dessas crianças e adolescentes como forma “(...) de uma coletividade para ser gerida racionalmente na formação socioeconômica do município (...)”<sup>55</sup>. Dessa forma, a inserção dessas crianças e adolescentes, deve ser fundamentada por meio dos interesses e posicionamentos da camada social dominante, que necessita coordenar seus projetos e propostas para permanecer no controle.

A próxima reportagem propõe uma das problemáticas, que foi exposta anteriormente, na qual se busca discutir e apontar fatores que expressam as mudanças aplicadas diante das crianças e adolescentes. A articulação dessas camadas dirigentes em manipular seus projetos frente aos problemas de segurança, enfrentados na sociedade, é transcrita por meio do título “pequenos infratores”. O periódico oferece ao leitor, na página Geral, uma folha que

<sup>53</sup> SOUZA, op. cit. p.347.

<sup>54</sup> O PRESENTE. 31 de março de 1997.

<sup>55</sup> SMANIOTTO, Marcos. **A burguesia rondonense em ação**: a formação e atuação da Guarda Mirim (1966-1979). Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, Campus de Marechal Cândido Rondon. Programa de pós-graduação Stricto em História, Poder e Práticas Sociais, fev. 2008.

apresenta o relato de vários órgãos públicos como Polícia Militar e Civil e Poder Judiciário, que buscam ações frente ao problema, ligado às crianças e adolescentes, que circulam pelas ruas da cidade, e enunciam que requerer maior controle e prevenção:

Apesar de ser uma cidade do interior, aparentemente tranqüila e pacata, Marechal Cândido Rondon registrou, nos últimos cinco anos, um aumento assustador do número de delitos envolvendo menores. Dados do Fórum rondonense demonstram que em 1994 foram registrados apenas 16 casos envolvendo menores. Em 1995, este número dobrou. O problema aumentou em 1996, quando a justiça registrou 54 casos; em 1997, o número foi para 116 casos e, em 1998 aconteceram 146 problemas com menores. De 94 para 98 o aumento de problemas foi de 812,5%. Devido ao incrível aumento de casos, a situação começa a preocupar autoridades ligadas a prevenção e ao controle da segurança na sociedade<sup>56</sup>.

Para o periódico “O Presente”, Marechal Cândido Rondon, que é “aparentemente tranqüila e pacata”, começa a apresentar uma realidade presente somente nos grandes centros, em que as ruas são tomadas por “pequenos infratores” e desocupados. Para o jornal, a classe dirigente local, e que parecia não ter projetos políticos para esse “problema social”, começa a “preocupar as autoridades ligadas à prevenção e ao controle da segurança na sociedade”. Isto é, a Polícia Militar e o Judiciário não deram apenas visibilidade ao “problema”, mas pressionaram por alguma ação o Poder Público Municipal.

Como aponta Souza, o país, principalmente, a partir da década de 1990, passa por um período que interliga crianças e adolescentes pobres, associados à criminalidade e violência nas ruas, o que levou a formulação de vários projetos e propostas de soluções para o problema por meio da repressão e controle dessas crianças e adolescentes<sup>57</sup>. Passa então haver uma nova postura desse setor que necessitava de um controle sobre o “perigo”. E, novamente, a reportagem estabelece a relação de não ocupação/trabalho desses “pequenos infratores” ao “problema” enfrentado na cidade:

Há saídas para o problema. A primeira seria trabalhar para tirar as crianças marginalizadas da rua, colocando-as nas escolas e oferecendo a possibilidade de trabalho e aprendizado. Todos estão convictos de que a delinquência é cometida devido a fatores como a falta de amparo da família e ociosidade do adolescente<sup>58</sup>.

Estima-se, mais uma vez, que o problema exposto estivesse ligado à condição do não trabalho dessas crianças. O agravante dessa situação está relacionado com as “más condutas” dessas crianças, que circulam pelas ruas da cidade, ociosas e cometendo infrações, que não

<sup>56</sup> O PRESENTE. 14 de maio de 1999, nº388. Caderno Geral p. 31.

<sup>57</sup> SOUZA. op. cit. p. 338.

<sup>58</sup> O PRESENTE. Idem, ibidem.



são apontadas e esclarecidas na reportagem. A solução para esses problemas está vinculado à ocupação dessas crianças por meio de projetos que possam inserir essas crianças e adolescentes ao convívio social pela via do labor.

A dificuldade em coibir ações criminosas de menores está fazendo com que a sociedade procure achar soluções para o problema. (...) Uma das soluções apontadas pelo Capitão seria a implantação de uma Guarda Mirim específica para atender menores infratores, assim como a que existe atualmente para atender adolescentes com conduta correta<sup>59</sup>.

A intencionalidade na proposta do capitão da Polícia Militar de constituir-se uma segunda instituição como a Guarda Mirim, para diferenciar “bons” dos “maus” sujeitos sociais, ou seja, rotular as crianças e adolescentes diferenciando-os na cidade, demonstra a preocupação da classe dominante em buscar soluções para o problema da criminalidade presente no período descrito.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90, buscou coibir a articulação da classe dominante, sobre a sua conduta e manipulação frente aos pequenos trabalhadores na lógica capitalista da exploração. A intitulada Lei do Menor Aprendiz, Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, surgiu diante dessas circunstâncias, e definiu que é proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos, ratificando as normas estabelecidas pela CLT. Ambas buscam uma intervenção diante da exploração do trabalho infantil, compondo os debates presentes em âmbito nacional e internacional de vários movimentos que discutiam e buscavam soluções para coibir as práticas de abuso cometidas contra elas.

Art. 428. Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze e menor de dezoito anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação<sup>60</sup>.

Notadamente, a imprensa local vincula uma reportagem que busca apoio e consenso sobre sua opinião a favor do trabalho, relacionando a Lei do Menor Aprendiz de forma negativa. Defini a reportagem com o título: “Mirins têm trabalho justo e remunerado na

<sup>59</sup> Idem, ibidem.

<sup>60</sup> PRESIDÊNCIA da República, Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei do Menor Aprendiz, lei nº 10.097. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L10097.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10097.htm)>. Acesso em 30 de junho 2010, às 21:00h.

região”, publicado em 20 de março 1998, sai em defesa a integridade da Guarda Mirim na cidade:

Há duas semanas o programa “Fantástico”, da Rede Globo de Televisão, divulgou matéria sobre a exploração do trabalho de menores, através das conhecidas guardas-mirins. Com base neste assunto, O Presente foi verificar como funcionam as guardas-mirins em Marechal Candido Rondon (...) para apurar se este tipo de exploração também ocorre a nível regional. Ao que tudo indica, na região a realidade é outra e os menores recebem, além de instrução, oportunidades de trabalho justas e dignas<sup>61</sup>.

O periódico não busca apresentar uma análise ampla sobre o assunto. Na reportagem apenas houve o relato do presidente da Guarda Mirim, deixando de entrevistar todos aqueles que participam e compõem essa prática social. Desse modo, apenas uma versão do fato foi narrado ao público leitor do “O Presente”, ou seja, a versão da elite sobre o assunto questionado, deixando de relatar como o jovem trabalhador vê o seu trabalho e a atuação da classe dominante em sua manipulação e exploração. Essa reportagem informou o porquê de certos assuntos serem abordados pelo periódico e constar em sua pauta, até então negligenciados pelo “O Presente” (contrariando a lógica do silenciamento dos meios de comunicação sobre a exploração dos trabalhadores), vê-se, pois, que o posicionamento e as pressões dos movimentos sociais repercutem nos meios de comunicação, dessa forma, abrangendo várias cidades do país e colocando na pauta do dia o problema da exploração do trabalhador e do trabalho infantil.

A crítica do periódico contra o ECA e a CLT continua na reportagem: “Para presidente de Guarda Mirim, o Ministério do Trabalho dificulta o funcionamento da entidade”:

O presidente lembra que os mirins não possuem carteira de trabalho, porque não são registrados, “Quando consegue emprego, o mirim não é registrado, mas tem direito de dispensa e de 13º e férias proporcionais. O Ministério do Trabalho está dificultando um pouco a nossa atuação. Até parece que não sabem que estamos tirando crianças das ruas, que poderiam estar fumando maconha ou se tornando ladrões agora”<sup>62</sup>.

A fala do presidente da instituição demonstra a clara intenção de apontar a Guarda Mirim como fiel representante da atuação da boa conduta das crianças e adolescentes, ou como Smaniotto aponta “como salvadora dos menores pobres da cidade”<sup>63</sup>.

A continuidade dessa proposta sobre a educação por meio do trabalho e sua percepção contrária ao Estatuto da Criança e do Adolescente e normas da CLT, será posta em andamento

<sup>61</sup> O PRESENTE. 20 de março de 1998. Ano 07, nº328.

<sup>62</sup> O PRESENTE. Idem, ibidem.

<sup>63</sup> SMANIOTTO. op. cit.

pelo “O Presente”, no caderno Geral, em 23 de março de 2010, com o título em negrito: “Em 5 anos, atendimento a menores caiu 86%”:

Se formos à delegacia analisar o índice de infrações envolvendo adolescentes, na época que a Guarda tinha cerca de 600 jovens era muito menor do que hoje. Se o adolescente não tem com o que se preocupar, acaba ficando na rua e fica vulnerável a ações negativas<sup>64</sup>.

O relato do Presidente da Guarda Mirim, Víctor Hugo Borgmann, descreve as perdas que a Instituição sofreu com a intervenção do Estado, a partir de Leis contra o abuso excessivo de exploração, mantida antes de sua introdução. Novamente se pode perguntar: Qual a real intenção dessa burguesia rondonense quando busca o trabalho infantil em suas atividades produtivas? Terá razões sociais ou puramente econômicas em suas práticas? Pois, se anteriormente à Lei do Menor Aprendiz, a prática dita até então era de cunho social e “salvadora das almas perdidas” dessas crianças e adolescentes estava tão vinculada a uma prática social de ajuda beneficente, por parte dos empresários locais, o que a fez tomar novos rumos e perspectivas? A lógica capitalista é apresentada quando o presidente da instituição aponta que “contratar um menor aprendiz e um empregado normal é uma diferença muito pequena”<sup>65</sup>, assim esclarecendo que a mão de obra não é mais utilizada, por razões financeiras, registrando uma queda de 86% em colocações empregatícias desses menores em cinco anos.

Essa burguesia não chega a ser questionada pela imprensa, quanto a não mais utilização dos serviços desses adolescentes, o que demonstra sua postura acrítica ao contexto anterior dessa exploração, não abrangendo o que realmente mudou após a aplicação da Lei do Menor Aprendiz em defesa de direitos sociais e trabalhistas. Lança, apenas, dados negativos, buscando articular uma ligação entre violência e trabalho, ou seja, a ociosidade ou a falta de ocupação das crianças e adolescentes pobres da cidade acabam expressando-se na violência e transgressões, apresentadas, anteriormente, em seu periódico sobre os “menores infratores”. O projeto político é evidenciado a partir da ocupação dessas crianças e adolescentes com o trabalho, na busca pelo controle e disciplina. Essa disciplina que apenas pode ser oferecida com o apoio dos “bondosos” empresários e complementa “temos que apelar muito mais para o lado social para que haja uma conscientização do empresário e ele nos ajude nessa tarefa”<sup>66</sup>.

---

<sup>64</sup> O PRESENTE. 23 de março de 2010. p. 07.

<sup>65</sup> O PRESENTE. Idem, ibidem.

<sup>66</sup> O PRESENTE. Idem. ibidem. p. 07.

E para que novamente se restabeleça a tranquilidade na cidade, a imprensa, junto com a classe dominante, lança uma matéria de estilo moralista com uma das figuras, segundo o jornal, mais respeitadas de Marechal Cândido Rondon, o empresário no ramo de cartório Noroaldo Boska. Esse empresário, que foi o fundador da Guarda Mirim do município, encontra-se indignado com a condução das restrições da utilização da mão de obra infantil, já que, segundo ele, “cresceu num tempo em que criança podia trabalhar livremente”<sup>67</sup>. Para o empresário a utilização de mão de obra infantil não pode ser considerada crime.

É bem verdade que alguns pais e alguns empresários utilizaram mão-de-obra infantil para a exploração. Mas, a bem verdade, a maioria das crianças se mantendo ocupadas com afazeres sejam eles domésticos atribuídos pelos pais, sejam profissionais ao lado de seus pais ou sejam eles profissionais em empresas que respeitam a condição dos menores, jamais deveria ter sido considerado crime por um Estado que não tem nenhuma condição de cuidar melhor dos adolescentes do que os próprios pais e as instituições a que elas pertenciam, fossem comunitárias ou públicas<sup>68</sup>.

O relato do empresário quando se utiliza da expressão “pertenciam” remete a uma noção de propriedade e não a um “ser”, que necessita de proteção e direitos que lhe são negados. Nomear uma instituição, que não garante direitos primordiais a essas crianças e jovens, e afirmar que está em melhor condição de ampará-los, estar-se-á somente, contribuindo para que ocorra cada vez mais essa forma berrante de exploração de crianças. A sua fala expressa o trabalho sendo a prática mais segura de controle sobre os males e ócios que essa criança pode apresentar se estiver perambulando solto pelas ruas. E, sutilmente, aborda o trabalho ou a falta dele como causas do aumento da violência na cidade.

Não é possível afirmar que o mais grave problema dos dias de hoje, o desvio de grande parte dos jovens para o uso das drogas e conseqüentemente a violência, tem alguma conotação com a condição que lhes impede de trabalhar. Mas também não é possível afirmar que não tem nada a ver<sup>69</sup>.

Nesse trecho, em defesa da Guarda Mirim, Noroaldo Boska utiliza-se de problemas sociais que ocorrem através de usos de drogas, sendo eles promovidos pela falta de ocupação desses jovens, mas não abrangendo todas as classes sociais, apenas as classes trabalhadoras, como se apenas o fator de não estar trabalhando o introduzisse nessa situação: “Como dizem

<sup>67</sup> O PRESENTE. 25 de novembro de 2009. p. 03.

<sup>68</sup> O PRESENTE. Idem, ibidem.

<sup>69</sup> O PRESENTE. Idem, ibidem.

os antigos, o trabalho não mata ninguém. Pode agredir sim, pode machucar sim, e nesses casos a lei deveria proteger os adolescentes. Mas generalizar que foi o problema”<sup>70</sup>.

Noroaldo Boska afirma que o problema da justiça está quando ela generaliza. E motiva a voltar no tempo e perceber o projeto da disciplina do trabalho na década de 1980-90 em Marechal Cândido Rondon. Foram as instituições filantrópicas, como a Guarda Mirim e CSU, órgãos promotores da “boa conduta social”, que se vincularam, quando necessitavam retirar das ruas crianças e adolescentes, que promoviam o “ócio e más condutas”. Isso ocorria por meio da disciplina do trabalho que buscava enquadrá-las na ordem social do trabalho.

No ano de 1998, o jornal “O Presente” sai em defesa da Guarda Mirim, quando afirma: “ao que tudo indica, na região a realidade é outra e os menores recebem, além de instrução, oportunidade de trabalho justas e dignas”<sup>71</sup>. Essa frase contesta a matéria realizada pela Rede Globo, no programa semanal da emissora “Fantástico”, quando vincula a Instituição da Guarda Mirim como promotora da exploração de trabalho infantil.

O que novamente o jornal busca enfatizar, é que a classe dominante da cidade de Marechal Cândido Rondon atua para promover a dignidade para essas crianças e adolescentes, sem qualquer benefício próprio ou de exploração.

No próximo capítulo, estar-se-á dialogando com crianças que ocupam o mercado de trabalho em Marechal Cândido Rondon, por meio da venda de picolés, nas ruas da cidade. A minha pergunta vem a questionar a fala de Noroaldo Boska quando se remete a questão do trabalho infantil.

E daí podemos observar algo ainda mais intrigante. Trabalhar em tarefas simples, profissões humildes não pode. Mas trabalhar na televisão, ser artista, cantor e, em muitos casos, ter seus estudos prejudicados, aí pode. Parece que temos uma lei para os talentosos e outra para os sem talento<sup>72</sup>.

O enunciado de Noroaldo Boska, em relação a talentosos e os sem talento, vem apontar as várias formas de exploração do trabalho infantil presentes em Marechal Cândido Rondon. Uma dessas formas de exploração do trabalho infantil ocorre por meio da utilização de crianças que circulam e vendem picolés pelas ruas da cidade. A visão desse burguês em classificá-los como talentosos ou não leva a questionar sobre o trabalho dessas crianças no município. Cabe avaliar na narrativa desse burguês, se as crianças trabalhadoras de Marechal Cândido Rondon estão incluídas na lei dos talentosos ou dos sem talentos.

---

<sup>70</sup> O PRESENTE. Idem, ibidem.

<sup>71</sup> O PRESENTE. Ano 07, nº 328, 20 de março de 1998, p. 23

<sup>72</sup> O PRESENTE. 25 de novembro de 2009. p. 03.

## Capítulo II

### **“Aquele vez eles não deixavam mais vender, mas agora eles deixam”: cotidiano, narrativas e o trabalho infantil em Marechal Cândido Rondon.**

Existe alguém esperando por você  
Que vai comprar a sua juventude  
E convencê-lo a vender  
(Legião Urbana)

Percorrer as ruas da cidade, em ensolarados dias de verão na busca de meninos e meninas que empurram seus carrinhos de picolés, permite perceber como é árdua e difícil a tarefa que essas crianças necessitam realizar para sobreviver. Um olhar mais atento pelas ruas da cidade possibilita observar um cenário que se tornou algo corriqueiro em várias cidades do país, um trabalhador com pouca estatura e franzino, que acaba entrelaçando sua vida com a rotina diária das ruas. Aqui nesta pesquisa, são denominadas crianças trabalhadoras ou “picolezeiros”.

Analisando a situação que envolve as entrevistas, quanto à fala das crianças e posturas daqueles que estão envolvidos no cotidiano dos picolezeiros, percebe-se que uma grande parcela da sociedade não os identifica enquanto crianças, o que talvez permita entender o consentimento e a permanência dessa atividade na cidade. A não denúncia dessas atividades de exploração, relacionadas às crianças, aponta questões sobre como a sociedade significa e identifica as “crianças” na cidade, ou seja, as que mantêm uma conduta adequada daquelas que apenas com o trabalho podem tornar-se futuros “cidadãos”, fazendo ou pressionando com que ocorra o amadurecimento precoce, pulando etapas na construção do seu desenvolvimento.

O trabalho realizado por esses pequenos trabalhadores é ditado por regras e posturas que acabam engendrando valores de responsabilidade e de maturidade que não condizem com sua pouca idade. Observado em várias situações nas narrativas das crianças trabalhadoras, situações de agressões física, roubos, fragilidade, demonstrando como não estão preparadas para ocupar uma atividade que para muitos, em um primeiro olhar, pode “beneficiar” essas crianças.

A pesquisa de campo apresentou diversas situações e circunstâncias permeadas por dificuldades, tanto do pesquisador à procura dessas crianças que permanecem por longas jornadas de trabalho nas ruas, em sua rotina diária de trabalho para cumprir sua meta na venda

dos picolés, como pela própria condição de vida imposta a esses pequenos trabalhadores e seu posicionamento frente à questão do trabalho que exercem. Foram árduos os dias na qual se abordava as crianças pelas ruas da cidade, entrevistando-as em meio ao movimento de carros e de pessoas, sentados, muitas vezes, no meio fio da rua ou em bancos de praças. Muitas dessas pessoas que circulavam pela cidade olhavam com curiosidade, visto que se utilizava um gravador, mas, em nenhum momento, a atenção estava voltada ao fato da entrevista ser com uma criança, talvez pelo fato de não enxergarem que o entrevistado era um pequeno trabalhador, o que leva a entender que o trabalho prestado pela criança tornou-se algo normal aos olhos da sociedade.

Outra dificuldade encontrada e difícil de trabalhar deu-se ao fato de que as crianças usam de uma narrativa monossilábica, com frases fragmentadas e curtas, ou seja, as respostas são geralmente um “sim” ou “não”. Isso quando não utilizavam apenas a cabeça para gesticular a resposta. A pesquisa acabou sendo transformada em uma brincadeira de criança, na qual as respostas das entrevistas acabaram sendo o quebra-cabeça, que se busca montar e decifrar por meio de seus silêncios e significados.

Yara Khoury aponta os vários sentidos da utilização da fonte oral, questionando que a fala oral dos sujeitos sociais encontra-se repleta de memória, em uma narrativa que visualiza o passado, buscando representá-lo em seu cotidiano ou em sua “realidade social”. Nessa realidade encontra-se o silêncio, que para Khoury está carregados de significados<sup>73</sup>.

A utilização da fonte oral, neste capítulo, emprega a discussão de Alessandro Portelli, quando analisa a subjetividade presente na narrativa do entrevistado, em que é possível identificar os significados atribuídos pelos sujeitos as suas experiências de vida. Nesse processo, os sujeitos constroem e registram fatos históricos, passando a constituir-se parte da história, ocorrendo a quebra da predominância da classe dominante em escrevê-la. A fonte oral, para muito além da narração do entrevistado, possibilita analisar, como aponta Portelli, a subjetividade do narrador em sua narrativa que expressa “(...) não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez”<sup>74</sup>. Para além dessas observações, Portelli sugere que as fontes orais e as memórias oferecem esquemas de experiências comuns e conduzem à reflexão de um vasto campo de

---

<sup>73</sup> KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, D. R. et al. (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004. p. 117-138.

<sup>74</sup> PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, n. 14, fevereiro de 1997. p. 31.

possibilidades, que podem ser “reais ou imaginárias”, o que leva ao processo de interpretação dessas narrativas<sup>75</sup>.

## **2.1 Relações e disputas do trabalho**

O trabalho infantil constitui-se num problema social crônico, evidenciando as desigualdades sociais e a luta de classes, por tratar-se de um problema de longa duração e de pouca visibilidade pública e política. Esse apontamento baseia-se nos dados obtidos pelo PNDA, de 2007, referentes à cifra de 2,5 milhões de crianças brasileiras entre 5 e 14 anos, que se encontravam ligadas em alguma atividade produtiva que exploram e limitam a vida dessas crianças<sup>76</sup>.

São muitos os fatores que levam essas crianças e adolescentes a compor o cenário de exploração no país, e também, são muitas as consequências dessa inserção que são identificadas. A partir desta análise, busco descrever e discutir as relações presentes no cotidiano de trabalho e família, desses pequenos trabalhadores picolezeiros na cidade de Marechal Cândido Rondon.

Para entender como ocorre a inserção dessas crianças no mercado de trabalho, seus limites e pressões, busca-se apresentar a idade desses pequenos trabalhadores. Dessa forma, analisar as questões imbricadas sobre o funcionamento e as relações de trabalho exercidas pelas crianças trabalhadoras na cidade, lembrando que as entrevistas não ocorreram com a totalidade das crianças que trabalham na venda de picolés. Realizou-se entrevistas com apenas 18 crianças que trabalhavam nas ruas da cidade no verão de 2009 – 2010, e também entrevistas com alguns pais dessas crianças trabalhadoras. Veja-se no quadro abaixo a idade dos picolezeiros, no momento da pesquisa, em Marechal Cândido Rondon.

---

<sup>75</sup> PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Tempo/Universidade Federal Fluminense, Departamento de História. – V. 1, nº2, Dez. 1996 – Rio de Janeiro. p.72.

<sup>76</sup> PROMENINO. Disponível em: <http://www.promenino.org.br>. Acesso em 05 de julho de 2010.



QUADRO 1

Faixa etária	Homens	Mulheres	Total de Homens e Mulheres	Total Porcentagem
10	1		1	5.55%
11	2	1	3	16.66%
12	2		2	11.11%
13	5	1	6	33.33%
14	2		2	11.11%
15	3		3	16.66%
17	1		1	5.55%
<b>TOTAL</b>	16	2	18	100%

FONTE: Pesquisa de campo realizado de dezembro de 2009 a junho de 2010.

Na análise da tabela, construída a partir da pesquisa, pode-se observar que a grande maioria dessas crianças possui a idade de 13 anos, mas a soma das crianças com idade inferior que ocupam esse trabalho atinge a mesma porcentagem. Esse fator demonstra que a inserção de crianças que vendem picolé, inicia-se muito cedo, visto que apenas um adolescente de dezessete anos foi registrado nas entrevistas. Isso revela que o trabalho na venda de picolés é extremamente vinculado com a pouca idade dessas crianças, apontando que é quase inexistente o interesse de adolescentes entre 16 a 18 anos por essa atividade. Esse desinteresse dos jovens pode estar vinculado na procura por trabalho, que ofereça os benefícios contidos na CLT, ou seja, carteira assinada, férias, 13º salário, entre outros direitos. Ainda pode ser observado na pesquisa que nenhuma das empresas de sorvete, que utiliza a mão de obra de adolescentes com idade de 14 anos, cumpre a referida Lei do Menor Aprendiz<sup>77</sup>.

A inexistência de garantias trabalhistas nesse trabalho, faz com que muitos dos pequenos trabalhadores busquem novas formas de sobrevivência. É o caso de R. A. K. P que trabalha na venda de picolé há mais de um ano, e como a grande maioria desses meninos afirma que está trabalhando porque gosta. O contato com R. A. K. P deu-se no seu período de trabalho. A abordagem para a entrevista ocorreu após um levantamento da vida desse menino. O motivo de a entrevista ocorrer no primeiro contato é pela experiência que se teve com alguns picolezeiros, como o constrangimento sentido em narrar certos acontecimentos perante seus familiares. Isto fez com que a entrevista fosse feita no local em que os encontrava.

Na entrevista R. A. K. P revela: “Ah, esse ano eu vou arranjar emprego até como começa o inverno, vou começá a arranjar emprego já. (...) É eu vou ter já dezesseis anos, daí

<sup>77</sup> A referida Lei estabelece ao menor aprendiz maior de 14 anos, devem ser dispostos e assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários, sendo que o trabalho ofereça uma formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, artigo 428, Lei nº 10097/2000 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

eu vou pegar outro emprego”<sup>78</sup>. A narrativa de R. A. K. P descreve a sua intenção de conseguir um novo emprego, o que possibilita afirmar que o trabalho realizado nas ruas é avaliado como extremamente desgastante, visto o longo trajeto que é percorrido pelas crianças pelos bairros da cidade, à procura de consumidores para os produtos que vendem. Quando indagado sobre o trabalho que realiza ser cansativo, o picolezeiro afirma: “Cansa... cansa bastante. Depende, tem dia que não cansa, que se fica parado só num lugar vendendo só, e tem dia que você cansa”<sup>79</sup>.

Outro fator que se encontra presente na grande maioria das entrevistas concedidas é a permanência dessas crianças por vários anos nesse trabalho. A média é de um a cinco anos vendendo picolé, ou seja, a grande maioria das crianças inicia o trabalho com idade inferior a 10 anos de idade. É o caso de R. L. C. B., que começou a vender picolé pela necessidade de contribuir nas despesas da casa. Sua mãe encaminhou-o para trabalhar de picolezeiro. R. L. C. B. hoje tem treze anos de idade e quando perguntado há quanto tempo vende picolé responde: “Nove anos eu comecei daí”<sup>80</sup>, o que aponta a permanência dessa atividade por vários anos. A permanência nesse trabalho denota o vínculo empregatício, que é constituído entre a criança trabalhadora e empregador. Veja-se no quadro abaixo alguns dados referentes aos anos e jornada de trabalho dos picolezeiros:

QUADRO 2

Idade atual	Idade de ingresso no trabalho	Média de horas de trabalho diário	Dias trabalhados por semana período férias	Dias trabalhados período escolar
11	09	10:30 - 18:00	05	-
12	10	11:00 - 18:00	05	-
15	13	11:00 - 19:00	05	05
17	15	11:00 - 17:00	06	06
15	14	10:30 - 18:30	07	02
13	09	12:00 - 20:30	05	05
14	12	11:00 - 18:30	05	02
11	11	11:00 - 18:00	03	02
13	12	10:00 - 18:30	06	01
13	08	10:00 - 19:00	06	01
11	09	11:30 - 18:00	05	02
15	09	11:30 - 18:00	07	07
13	12	10:30 - 18:30	06	01
12	11	10:00- 18:00	03	02
13	13	12:00- 18:00	-	-
13	12	11:00- 20:00	04	02
10	10	11:00- 18:00	06	02
<b>14</b>	<b>14</b>	<b>11:00- 18:00</b>	<b>06</b>	<b>02</b>

FONTE: Pesquisa de campo realizado de dezembro de 2009 a junho de 2010

<sup>78</sup> R. A. K. P, entrevista realizada 08 de janeiro de 2010.

<sup>79</sup> R. A. K. P. Idem.

<sup>80</sup> R. L. C. B. Entrevista realizada dia 09 de janeiro de 2010.

Na análise do quadro, percebe-se a jornada de trabalho das crianças, com um percentual de seis a nove horas de trabalho diários, durante seis dias da semana. Esses dados equivalem à média de horas diária de um trabalhador adulto. Como aparece descrito por R. S., que diferente dos outros picolezeiros já trabalhava com registro na carteira de trabalho em outra profissão. Pelo fato da entrevista acontecer após as 19 horas, indaguei da permanência dos picolezeiros nas ruas, “ah, se vende tudo você vem mais cedo, se não vende fica andado, não tem hora pra voltá, vou a hora que eu quize”<sup>81</sup>. Fica evidente a necessidade de vender todos os produtos, o que faz aumentar ainda mais a jornada de trabalho e de permanência das crianças pelas ruas da cidade.



FIGURA 2 – Fotografia do trabalho na venda de picolés. Fotografada pela autora da pesquisa, ano 2010.

Nas entrevistas, realizadas com os picolezeiros, pode-se identificar a qual classe social esses meninos pertencem, seja através de suas vestimentas, já que as roupas estavam bem surradas, ou pelas respostas obtidas às perguntas que buscaram identificar as pressões que levam essas crianças a permanecer nas ruas, em vez do ambiente familiar. Muitas das questões estavam direcionadas para a dinâmica que é inserida na atividade, sua rotina de trabalho, questões sobre a renda e convívio familiar entre outras. E a pesquisa revela que a grande maioria insere-se ou está inserido ao mundo do trabalho, principalmente com o intuito de ajudar na contribuição da renda familiar:

---

<sup>81</sup> R. S., entrevista realizada dia 07 de janeiro de 2010.

Há eu quis vendê pra ganhá dinheiro, pra ajudá minha mãe meu pai.<sup>82</sup>  
 Eu divido com minha mãe, ela paga as conta.<sup>83</sup>  
 Dô pra minha mãe. Ela pega... ajuda em casa... comprá as coisa.<sup>84</sup>  
 Pra mim conseguir ganhar dinheiro e ajudar em casa. (...) é eu entrego para minha mãe. (...) pagá luz, comprá comida, essas coisas.<sup>85</sup>  
 Eu, porque eu preciso ajudá minha mãe, porque eu preciso de tê um dinheiro pra mim também... e... por isso. (...) á ela compra comidas, comprá comida pagá a luz, alguma coisa.<sup>86</sup>  
 Às vezes, assim, às vezes a gente dá, assim, metade, às vezes, assim, quando a gente ganha cinco reais, a gente fica pra gente daí. (...) às vez paga a luz a água ou gás.<sup>87</sup>  
 A minha mãe compra cigarro. (risos) É, ela compra as coisa também que precisa dentro de casa. (...) é, mais ela compra comida também.<sup>88</sup>  
 Às vez eu dô dez, às vez cinco. Ela faz compra, comida...<sup>89</sup>  
 Ah! Eu dou muito pouco pro meu pai e minha mãe agora, porque eu comprei um computador e vou pegar um celular pra mim, bom!<sup>90</sup>  
 Ela... compra as coisa que falta em casa. Quando falta alguma coisinha ela compra.<sup>91</sup>  
 Eu vou repartir com minha mãe.(...) Não, ela compra roupa, essas coisa pra nós.<sup>92</sup>  
 Por que eu tava precisando de dinheiro. (...) Pra ganhar um dinheiro extra assim. Quando minha mãe não trabalha, daí precisa emprestá.<sup>93</sup>

A contribuição do trabalho dessas crianças para as necessidades básicas da família revela a situação de pobreza, que permeia grande parte da população brasileira, e aqui no caso as famílias pobres de Marechal Cândido Rondon, ou seja, as crianças passam a assumir a atividade para complementar a renda familiar, para a mais básica necessidade, que é a alimentação. Essa realidade pode ser percebida na narrativa do Sr. Manoel Medina, entrevista realizada em sua residência no bairro Barcelona. Logo ao chegar o Sr. Manoel, um homem franzino, com marcas profundas do tempo em sua expressão, revelou certa desconfiança com a presença da entrevistadora. Ao ar livre, termina de barbear-se. Aguarda-se na pequena varanda de chão batido que continha um jogo de sofá, no qual se encontrava sua esposa doente, com uma forte crise de asma, que a impossibilitava de conversar. Quando perguntado sobre, os motivos que levam seu filho a trabalhar, ele afirma necessitar do salário que seu filho recebe na vendas do picolé, para garantir o sustento da casa. E declara:

Foi apuro... apuro de conta. (...) cem reais de aluguel aqui, depois água e luz.

<sup>82</sup> C. M. S., 11 anos. Entrevista realizada no dia 05 de janeiro de 2010.

<sup>83</sup> L. S., 12 anos. Entrevista realizada em 06 de janeiro de 2010.

<sup>84</sup> L. M., 15 anos. Entrevista realizada em 07 de janeiro de 2010.

<sup>85</sup> R. L. C. B. Idem.

<sup>86</sup> D. A. A., 14 anos. Entrevista realizada em 26 de janeiro de 2010.

<sup>87</sup> J. P. P. G., 11 anos. Entrevista realizada em 26 de janeiro de 2010.

<sup>88</sup> D. C. P. S., 13 anos. Entrevista realizada em 26 de janeiro de 2010.

<sup>89</sup> L. P. S., 11 anos. Entrevista realizada em 26 de janeiro de 2010.

<sup>90</sup> D. L. P., 13 anos. Entrevista realizada em 03 de fevereiro de 2010.

<sup>91</sup> J. L. S., 12 anos. Entrevista realizada em 04 de fevereiro de 2010.

<sup>92</sup> F. W. A. E., 13 anos. Entrevista realizada em 04 de fevereiro de 2010.

<sup>93</sup> E. F. S., 13 anos. Entrevista realizada em 05 de fevereiro de 2010.

Eu fico no vermelho, que eu tô devendo lá na cidade, esse mês eu dei só cinquenta. Cento e oitenta reais eu tô devendo, pra mês que vem ainda. Só que eu nem sabe o jeito né...<sup>94</sup>

Ao analisar a fala do Sr. Manoel, percebe-se que a inserção precoce do seu filho no trabalho de picolezeiro ocorre pela necessidade que a família tem para poder se manter a cada final de mês, ou, em suas palavras, sempre acaba ficando no “vermelho”, devendo em vários pontos comerciais da cidade. A família do Sr. Manoel é composta de três pessoas, fora ele, sua esposa e filho. A única renda fixa por mês é sua aposentadoria de um salário mínimo, e a ajuda incerta que vem de seu filho.

Por que é pouco, é pouco, mas que serve. (...) tem uns dia que ele vem com dois real, três real, às vez vem com quinze. Depende né, depende (...) não, porque aí é... não dá porque um dia vem muito pouco dinheiro, outro dia vem um pouquinho mais. E assim vai, depende o tempo também e **depois tem muito moleque que tá vendendo**, né! Então a saída é pouco<sup>95</sup>.

Fora os gastos fixos mensalmente, apontados pelo Sr. Manoel, como aluguel, luz e água, a família tem despesas extras todo o mês com sua esposa, a Sra. Francisca Medina, que sofre com graves problemas de saúde, não podendo contribuir com as despesas da casa, pois não recebe aposentadoria, já que não possui registro em sua carteira de trabalho.

O Sr. Manoel mostra-se indignado com a situação apresentada “nada, nada não recebe, nem bolsa de escola nada não aprovou nada. (...) não aprovou nada, nada, nada só eu... só eu mesmo”<sup>96</sup>. Em busca de ajuda o Sr. Manoel relatou que foi ao Conselho Tutelar da cidade, para que seu filho, na época com 11 anos de idade, conseguisse uma autorização para trabalhar vendendo picolé.

Primeiro eu fui lá no Conselho. Aí no Conselho eu falei o meu problema aí o Conselho, a mulher falou assim: “Vai lá no juiz, eu não resolvo seu caso”. Daí eu falei: “tá bom”. Daí eu passei lá no juiz, com a secretaria! (...) é do juiz, e daí ela foi tudo pra mim, a secretaria foi tudo. Marcou o dia pra ir lá e falou assim: “Vamo vê se eu consigo, que ele é novo pra mim. Vamo vê, ele é de menor, falo, não sei se o juiz vai assinar”. (...) Então falou pra mim... foi segunda, marcou terça... quarta-feira, vem quarta, daí eu falei: “Tá”. Aí eu fui quarta-feira, daí falou que eu dei sorte, o juiz veio e assinou né... assinou os papel e entregou pra mim... é.<sup>97</sup>

<sup>94</sup> Medina. Entrevista realizada em 09 de janeiro de 2010.

<sup>95</sup> Idem. (grifo nosso)

<sup>96</sup> Idem.

<sup>97</sup> Idem. Ver em anexo, a licença de trabalho, autorizada pelo Juiz de Direito da Comarca de Marechal Cândido Rondon.

A fala do Sr. Manoel demonstra a gratidão que possui pela pessoa que conseguiu a autorização do trabalho para seu filho, para amenizar a situação de pobreza na qual sua família vive. Mas o ponto principal em sua fala está focado em duas instituições (Conselho Tutelar e Cartório Criminal da Infância e da Juventude e Família), que deveriam estar incumbidas de atuar de forma contrária ao posicionamento do Excelentíssimo Juiz de Direito, Clairton Mário Spinassi, perante a questão da exploração do trabalho infantil na cidade. Aqui, pode-se perceber a disputa pelo trabalho dessas crianças, pela elite que comanda a cidade, apresentada no capítulo anterior, com o Juiz do Trabalho realizando campanhas de inserção da mão de obra infantil em seus projetos sociais.

O excelentíssimo Juiz Spinassi pautou-se no Artigo 403, do Decreto-Lei nº 6026, 20/11/1943. O Artigo 403, proibi ao menor de 14 anos o trabalho, mas, não se incluem nesta proibição os alunos ou internados em instituições, que ministram ensino profissional e nas de caráter beneficente ou disciplinar, submetidas à fiscalização oficial<sup>98</sup>.

Resumidamente, é possível verificar várias falhas frente à inserção dessa criança ao trabalho. Não se pode afirmar que uma empresa particular de sorvetes e picolés possa atuar de forma beneficente ou disciplinar, já que as crianças circulam pelas ruas sem qualquer segurança. E, sua longa jornada de trabalho apresentada no quadro acima, prova que sua ocupação além de perigosa torna-se insalubre, já que circula por vários bairros e no centro, com forte exposição ao sol: “eu começo... começo lá... eu nem sei o nome do bairro lá, mas é lá por perto que eu vendo. Eu faço a volta pela Vila Gaúcha... e passo pelo bairro Rainha... e pelo Jardim... eu roda por toda a cidade”<sup>99</sup>. Em outro relato, a criança informa que para conseguir nova clientela, e assim aumentar suas vendas, percorre uma distância ainda maior, aumentando ainda mais a possibilidade de sofrer os riscos que seu trabalho oferece: “eu já fui até Quatro Pontes<sup>100</sup> vender. (...) dá oito pra ir e oito pra volta”<sup>101</sup>. O percurso percorrido pelo acostamento da via de Marechal Cândido Rondon até o município vizinho de Quatro Pontes.

A atuação dessas Instituições está presente no relato da maioria das crianças:

Ela teve que assinar lá, por que o Conselho Tutelar vai lá vê os nome, e daí tem que ter lá, se não o cara da sorveteria ele pode ter tipo um processo na delegacia daí. Se não daí não tinha como vendê. (...) Se tem muita gente de menor de dez anos é não pode daí. (...) é... só que aquela vez a minha mãe teve que ir no Conselho pegar uma coisa pra da pro cara lá. O juiz, o juiz que assinou daí eu pude começar a vender, eu

<sup>98</sup> Ver anexo.

<sup>99</sup> R. A. K. P. Idem.

<sup>100</sup> Quatro Pontes é cidade vizinha de Marechal Cândido Rondon e a distância é em torno de 5 km.

<sup>101</sup> D. P. G., entrevista realizada no dia 26 de janeiro de 2010.

vendia com meu irmão aquela vez (...) e pegou autorização pra mim poder vender, que eu era pequeno ainda<sup>102</sup>.

A descrição do picolezeiro frente à atuação desses órgãos (Conselho Tutelar e Legislativo) com os empresários demonstra a ligação de interesses que permeia as disputas e controle na cidade. Os juizes de Direito da cidade, como problematizado no capítulo anterior, busca o trabalho como fonte de interesse de ocupação e controle sobre as crianças e adolescentes, atuando em projetos que estimula a criança na formação por meio do trabalho, atuando, dessa forma, como fonte de manipulação institucional em favor dos capitalistas, burlando as Leis estabelecidas pelo ECA. O que “dá direito” aos empresários locais, a exploração sobre as crianças, para reduzir seus gastos, já que não é garantido nenhum direito trabalhista a esses pequenos trabalhadores. Veja-se o que é expresso na fala dos empresários perante as crianças, sobre a legalização do trabalho infantil: “ele falou que de menor muito de menor não pode trabalhar, só que ele pegou autorização lá do Conselho, que a gente pode vender”<sup>103</sup>.

## 2.2 Relações familiares

No relato de R. L. C. B., que trabalha vendendo picolé com seu irmão, nota-se outro ponto de problematização na pesquisa, que é o número de crianças da mesma família trabalhando como picolezeiro. Observa-se uma continuidade, ou seja, um trabalho que passa de irmão para irmão, primos, vizinhos ou conhecidos, assim expandindo a cadeia de relações do trabalho infantil.

O registro dessa prática, presente no seio familiar, foi relatado pela Sra. Liane Post, dona de casa, que se mostrou constrangida e permaneceu na defensiva sobre os motivos do filho estar trabalhando, e de que dos seus quatro filhos dois exercem e um exercia o trabalho na venda de picolés. Quando indagada sobre os motivos que levam seus filhos a estarem trabalhando, sua fala demonstra certo constrangimento em relatar a destinação da renda, “(...) comprar as coisa pra ele, compra chinelo, é material, o que ele quê comprar”<sup>104</sup>. Sua intenção de justificar o trabalho de seus filhos, como sendo apenas uma opção de escolha pelo fato de querer trabalhar para “comprar as coisa”, tem a intenção de ocultar as circunstâncias e as necessidades que a família passa, já que ambos os filhos relatam que ajudam a pagar os gastos

---

<sup>102</sup> R. L. C. B. Idem.

<sup>103</sup> J. L. S., entrevista realizada 04 de fevereiro de 2010.

<sup>104</sup> Liane Post, entrevista realizada no dia 03 de fevereiro de 2010.

da casa (gás, água e alimentação), assim contribuindo significativamente na renda familiar. A Sra. Liane trabalha apenas em casa, cuidando dos seus filhos e reafirma que não há necessidade da ajuda financeira de seus filhos, quando narra que eles recebem pensão de seu ex-marido: “não eles não precisa ajudar, ele ganha a pensão deles”<sup>105</sup>.

O vínculo de trabalho entre familiares pode ser observado com o trabalho do picolezeiro F. W. A. E., que mora na Linha João Pessoa, e necessita fazer um percurso de 5 km para chegar à sorveteria Bomd+. A proposta de trabalho ocorreu por meio de seu avô de 66 anos, que trabalha há vinte anos vendendo picolé: “meu vô um dia ele tava vendendo picolé daí ele pediu pra mim se eu queria vender. Daí eu falei que sim”<sup>106</sup>. Este relato demonstra a preocupação de um projeto futuro vindo da própria família, ou seja, o gosto pelo trabalho ou pela sobrevivência futura, que deve ser constituído já nessa fase da vida. Como relata o picolezeiro E. F. S., quando indagado sobre o posicionamento de seus pais perante seu trabalho, “fala que eu tenho que trabalha pra ser alguém na vida (...). Ah, ela fala pra mim estudá pra depois quando tem idade trabalha, trabalha num melhor assim, não sai no sol quente”<sup>107</sup>.

Percebe-se na narrativa de E. F. S. a projeção do projeto político das classes dominantes, problematizado no capítulo anterior, em que a frase “trabalha pra ser alguém na vida” significa os objetivos de conquista das classes dominantes sobre as classes subalternas. As práticas sociais, impregnadas pelas classes dominantes, visam além do controle que necessitam para manter-se no poder, organizar esses pequenos trabalhadores para a educação ao trabalho.

O “trabalhar” para as famílias das crianças trabalhadoras contém vários significados, que estão presentes na vida do trabalhador: pobreza que buscam amenizar, dignidade que pensam conquistar e a sobrevivência que é a luta diária da vida, ambas ligados numa exploração historicamente regulamentada e mantida<sup>108</sup>. É interessante também observar em sua narrativa: “pra depois quando tem idade trabalha”. Essa argumentação constrói a ideia de que o trabalho realizado pelos picolezeiros não seja considerado um “trabalho”. Em sua fala, percebe-se que o trabalho passará a ter valor com o passar do tempo. Dessa forma, a idade é que irá expressar a formação de um trabalhador. O trabalho realizado pelos picolezeiros não é tido como “trabalho”, já que não possuem características físicas de “trabalhadores”.

---

<sup>105</sup> Liane Post, entrevista realizada em 03 de fevereiro de 2010.

<sup>106</sup> F. W. A. E., entrevista realizada em 04 de fevereiro de 2010.

<sup>107</sup> E. F. S. Idem.

<sup>108</sup> RIZZINI, Irene. O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. Rio de Janeiro: Petrobrás-BR; Ministério da Cultura: USU Ed. Universitária: Amais, 1997.



Outro fator diferenciado nas entrevistas é a formação familiar dessas crianças, ou seja, pais separados e a constituição de novas relações familiares. Essa característica descrita redefine novos valores e papéis no núcleo familiar, o que propõe discutir e considerar a questão da separação conjugal, como um fator que gera novas necessidades, intensificando os problemas de exploração e desigualdade social enfrentados pelos trabalhadores e seus familiares. Realçando ainda mais a desestruturação econômica narrada por Djeson, um menino, que no primeiro encontro demonstra problemas que afligem diversas crianças, um amadurecimento precoce e acelerado. A abordagem a D. A. A. ocorreu no Lago Municipal da cidade. Lá ele se encontra com um colega e também picolezeiro, ambos com uma carteira de cigarros e quando houve a aproximação desfizeram-se do cigarro que tragavam, aparentando estar assustados com a presença deflagradora. Antes de iniciar a entrevista, o garoto narrou os problemas, enfrentados na sua família, revelando seu sofrimento pela separação dos pais.

É, assim quando eu morava com meu pai e minha mãe. Às vez nós passemo mal, quando nós fizemo nossa casa lá. Só que daí, meu pai dava pra nós comê, pra eu e pra minha mãe, e ele não comia as coisa<sup>109</sup>.

O depoimento de Djeson transmite a ligação de um núcleo familiar que, mesmo com as dificuldades relatadas, é a figura do pai o provedor da família. Assim, pode-se analisar que não havia a necessidade dele contribuir com as despesas da casa. Na continuação de seu relato, Djeson já descreve a instabilidade familiar que ocorreu após a separação de seus pais e todas as questões presentes em um divórcio. Quando perguntado se a casa na qual vive é alugada ou da mãe, D. A. A. responde:

Ah, da minha mãe e do meu pai, só que minha mãe pegou e... agora é só dela, ela acha que é só dela agora. Que meu pai não pode mais mexê na casa..., mas ela pensa que é só dela. Daí ela colocou meu padrasto pra mora lá, daí eu sempre brigo com ele<sup>110</sup>.

Nota-se a sua insatisfação em relatar a condição que sua mãe impôs ao ex-marido, tirando-lhe o direito sobre a casa da família. A sua narração anterior, em valorizar a figura do pai, que passa fome para oferecer comida ao filho e esposa, é marcada pela mudança nesse núcleo familiar. D. A. A. narra, quando perguntado como é a relação entre ambos: “não se

---

<sup>109</sup> D. A. A. Idem.

<sup>110</sup> Idem.

damo muito bem não (...) ele tentou batê, mais eu bati nele uma vez. Já umas três vezes eu bati nele já”<sup>111</sup>.

A violência doméstica relatada do picolezeiro D. A. A. é notória para identificar muitas das pressões que contribuem para que milhares de crianças e adolescentes sejam inseridos ao mundo do trabalho e da rua. Ele nega que sofre agressões de seu padrasto, e relata que bate para se defender, fato muito improvável de acontecer, pois é um menino franzino e de pouca estatura. Esta narração pode responder sobre a questão que se apresenta em algumas das entrevistas: que é a “opção” dessas crianças de permanecer nas ruas em vez de ter a convivência familiar.

Precisá eu não preciso, mais eu trabalho pra ajudá os outros também. Quando preciso mais trabalhar, é que às vezes eu tenho umas contá que eu fiz pra pagar (...) porque em casa não tem nada o que fazer assim. Só fica assistindo TV, já enjoou assistir TV. Daí só tem serviço pra fazer lá, lava louça daí eu não gosto de lavar daí, eu prefiro trabalhar, daí eu não preciso lava louça<sup>112</sup>.

A contribuição nos afazeres domésticos relatada pelas crianças confere outra realidade que induz a criança a se inserir no trabalho nas ruas em detrimento do trabalho doméstico. É o caso de J. E. G., que quando não está vendendo picolés pelas ruas da cidade, está contribuindo no trabalho doméstico, “ajudo a trabalhar em casa (...) lavo a louça, limpo a casa (...) toda a casa”<sup>113</sup>.

## 2.3 O trabalho

---

<sup>111</sup> Idem.

<sup>112</sup> Idem.

<sup>113</sup> J. E. G., entrevista realizada em 13 de fevereiro de 2010.



FIGURA 3 – Fotografia da atividade da venda de picolés. Foto do acervo da autora da pesquisa, ano 2010.

O “silêncio” percebido na narrativa de alguns pais entrevistados, quando indagados sobre a importância que o trabalho de seu filho tem na contribuição para a renda familiar, vem questionar como ocorre a inserção dessas crianças ao mundo do trabalho.

Quando perguntados se gostavam de trabalhar como picolezeiro a maioria respondeu que gostava de trabalhar nas ruas. Apenas uma das crianças respondeu negativamente a pergunta: “Não. (...) isso cansa muito, o sol é muito forte. (...) e ganha muito pouco”<sup>114</sup>. O relato representativo de L. S. serve para analisar as narrativas das demais crianças, que afirmam gostar do trabalho nas ruas, ocultando a rotina diária de trabalho, composta por várias dificuldades. Pode-se afirmar que as narrativas positivas sobre o trabalho de picolezeiros já foram significadas em suas memórias. Uma memória elaborada por seus pais e familiares. Como afirma um trabalhador infantil: “trabalhar para ser alguém na vida”. Ou seja, a positividade sobre o trabalho presente nas narrativas dos picolezeiros. Ao mesmo tempo em que afirmam que gostam de trabalhar, revelam outros sentimentos quando perguntados se não gostariam de estar em casa, estudando ou brincando. Aqui, novamente, a maioria responde que sim, que gostaria de poder estar em sua casa. A afirmação vem na narrativa apresentada por R. A. K. P: “Ah, eu taria indo num rio, ou em algum lugar, não sei... jogar bola”. Ou seja, atividades e brincadeiras que deveriam reger a fase de infância dessas crianças.

---

<sup>114</sup> L. S. Idem.

Muitos picolezeiros descrevem as formas e artimanhas utilizadas para conseguir vender picolés. Assim, pode-se observar que não basta apenas empurrar pelas ruas da cidade o carrinho de picolé. Além da tradicional buzina que usam para chamar a atenção dos compradores, os picolezeiros passam muitas horas gritando “ô o picolé”. Para muitas crianças esse gesto é de constrangimento. Como é o caso de R. A. K. P que apenas utiliza a buzina: “Eu ganho mais, não sei... é melhor, e eu tenho vergonha de falá, de gritar ‘ô o picolé’”<sup>115</sup>.

Diferente de R. A. K. P, D. A. A. relata de forma extrovertida o tempo que permanece nas ruas trabalhando.

Como eu faço, vixe eu pego saio andando, e ... aperto a buzina, não paro mais de buzina. E daí as pessoa vê e sai na janela nas porta chama a gente, daí a gente vai lá correndo fica feliz, (risos) fica feliz que a gente vai lá vender lá. Daí tem uns que chega lá e só pega só um picolé, tem outros que já trás uns deizão de picolé pra nós. Daí nós fica feliz, e vai vendendo assim.<sup>116</sup>

Mas uma outra narrativa, a do picolezeiro L. M., mostra uma situação presente em várias cidades do país, que é a esmola, que deflagra a situação de pobreza de vários sujeitos sociais, e as crianças estão de forma intrínseca nesse problema. Muitas são as tentativas de esconder ou minimizar o problema da pobreza e miséria da população. Como o caso da Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon, que lançou, no mês de julho de 2010, o projeto apresentado em uma “cartilha” definindo “os deveres e obrigações de pais e filhos”. Nessa cartilha contém regras que devem ser respeitadas, sendo que a 12º norma estabelece: “Não mendigar pelas ruas”. A sua continuação revela as consequências que o ato da mendicância pode oferecer ao “transgressor”:

Ficam a criança e o adolescente ADVERTIDOS de que se não cumprirem com suas OBRIGAÇÕES, estarão sujeitos às Medidas de Proteção e Sócio-educativas e às determinações do Conselho Tutelar e do Juizado da Infância e da Juventude<sup>117</sup>.

O grave problema social e econômico, presente na vida de muitas famílias obrigam-nas a pedir esmolas, ou como descrito “mendigar pelas ruas” para manter-se. O projeto não é nada mais que a tentativa de varrer a “sujeira” pra debaixo do tapete, ou aqui no caso, “limpar” a imagem da cidade. Nota-se que na cartilha, a Prefeitura, deixa de apresentar a solução para o problema, ou seja, quais as condições que serão atribuídas para esses sujeitos,

<sup>115</sup> R. A. K. P. Idem.

<sup>116</sup> D. A. A. Idem.

<sup>117</sup> Cartilhas distribuídas nas escolas municipais e estaduais do município de Marechal Cândido Rondon, com apoio do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Conselho Tutelar (CT) e Prefeitura Municipal. Intensificando os 20 anos do Estatuto ECA.

para que possam mudar suas condições de vida, que são consequência de baixos salários, exploração, entre outros.

As análises sobre a percepção de como os sujeitos sociais se posicionam diante das disputas pelo controle social é discutido por Edward Thompson, em “Folclore, Antropologia e História Social”. Thompson busca, por meio da reflexão com outras ciências, entre elas a Antropologia, analisar costumes, crenças e o folclore, para entender a complexidade das disputas entre classes, no século XVIII na Inglaterra. Afirma que “classe” apresenta-se quando os sujeitos sociais, tomam consciência de várias relações, nas quais “se separam, unem, entram em conflito, formam instituições e transmitem valores de modo classista”, sendo nela contidas tanto ligações econômicas quanto culturais. Thompson aponta que o “ato de doar” pode ser observado “a partir de cima” (ricos) como forma de controle social, e “a partir de baixo” (pobre) uma busca para-se apossar de todas as possíveis doações que o “rico” possa ofertar, o que, no contexto da Inglaterra do século XVIII, significava um ato de benevolência dos ricos aos pobres, ou a forma encontrada de precaver motins, revoltas e organizações das classes<sup>118</sup>.

Muitas pessoas, indiferentes à situação da exploração do trabalho infantil, oferecem alguns trocados como forma de “caridade”, o que também demonstra e evidência a situação de descaso por parte dos governantes, perante as condições de vida das crianças. Como descrito por L. M. quando perguntado sobre seus truques para conseguir vender picolé: “não posso contá o dinheiro, né... se eu ficá contando o dinheiro toda hora assim, daí eu não vendo nada”<sup>119</sup>.

Percebe-se na fala do picolezeiro L. M., que a venda ocorre porque o cliente se compadece com a sua situação, por isso não pode mostrar o dinheiro que possui. Essa é uma das artimanhas utilizadas pelas crianças para conseguir mais gorjetas, e que foi observado nas entrevistas, quando relatado que muitas vezes recebem mais dinheiro com as gorjetas do que com a venda dos picolés: “é gorjeta dos cara que compra... picolé que eles paga, essa coisa (...) por dia eu recebo em torno de cinco a seis reais só de gorjeta daí”<sup>120</sup>. Aqui a gorjeta pode ser entendida como uma tentativa da sociedade para desviar-se dos enfrentamentos políticos que representa o trabalho dessas crianças, ou como um ato de doação, que condiz com uma posição de prestígio perante o ato da caridade. A gorjeta pode caracterizar uma forma de

---

<sup>118</sup> THOMPSON, E. P. Folclore, antropologia e história social. In: \_\_\_\_\_. **As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos**. (org. Antonio Luigi Negro e Sérgio Silva). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

<sup>119</sup> L. M. Idem.

<sup>120</sup> R. L. C. B. Idem.

amenizar os conflitos sociais e econômicos latentes, por outro lado, evidencia as disputas entre as classes.

Como visto no Quadro 2, a maioria das crianças busca o carrinho antes das 10 horas da manhã, mas apenas começa a trabalhar após 12h:30, o que os coloca diante de uma rotina de trabalho que necessita de horários predefinidos. Pode-se observar essa rotina diária de trabalho na maioria dos picolezeiros: “porque que quando chega mais tarde, quase não tem mais carrinho. Que os velho, assim, que tem idade pra trabalha eles vão vender picolé”<sup>121</sup>. Aqui se percebe claramente as disputas entre crianças e adultos, por seu objeto de trabalho, ou seja, o carrinho de picolé. Assim, identificam-se os fatores que levam essas crianças a ter suas rotinas ditadas por horários e disputas.

O picolezeiro R. L. C. B. relata como ocorrem as disputas pelos carrinhos na fábrica de picolé:

Sempre tem uma etiquetinha assim com o nome da gente, cada um tem o seu. (...) pra não dá briga depois, um não fica brigando por causa do carrinho do outro. (...) um ficava pegando o dinheiro do outro, que era o carrinho do outro, roubando o picolé, e daí deu briga. Daí o cara falo: “chega de briga se não ninguém pega”. Daí ele já começou, colocava nome e deixava, daí cada um tem seu carrinho.

Além da disputa pelos carrinhos, a rotina dessas crianças é estipulada por horários para a venda:

Eu levantava seis e meia, ia pra escola, saia ao onze... onze e cinquenta, daí eu vinha pra casa, almoçava e ia vender picolé. Pegava a bicicleta e ia na fábrica de picolé busca o carrinho (...) Eu sempre ia busca o carrinho meio dia e meio, porque abria as fábrica, nas entrada. Daí antes de entra, eles comprava, antes de entrar na fábrica<sup>122</sup>.

Neste caso, pode-se observar que a rotina do picolezeiro L. M. é ditada pelo funcionamento e trocas de turno das fábricas na cidade, onde se busca vender os sorvetes. Os picolezeiros precisam chegar antes da entrada dos trabalhadores para conseguir vender os picolés. E para conseguir chegar às fabricas nos horários, L. M. relata, “alguma vez só lanchava, às vez eu não tinha fome, às vez eu tinha comido na escola”<sup>123</sup>. Essas fábricas (Tec-Solf, Tropical Cabines, Faville, entre outras) ficam próximas do local em que L. M. pega seu carrinho, todas margeando a BR 163. Esse fator obriga o picolezeiro a estipular horário para conseguir vender seu produto para esses trabalhadores.

<sup>121</sup> D. L. P. Idem.

<sup>122</sup> L. M. Entrevista realizada no dia 15 de maio de 2010.

<sup>123</sup> L. M. Idem.

Outra forma de disputa e organização das crianças trabalhadoras que foram narradas ocorre pelos melhores pontos de vendas dos picolés na cidade (empresas, praças, bairros e ruas). A disputa para garantir a venda dos produtos também é observada no trabalho de Rinaldo Varussa, “Catadores de Papel em Marechal Cândido Rondon”. Em narrativas, os catadores relatam à dinâmica que a atividade da coleta dita aos trabalhadores.

Além da disputa dos pontos, a necessidade de cumprirem horários pré-estabelecidos pelos comerciantes<sup>124</sup>.

Cada um tem o seu ponto, daí a gente já sabe onde que deve e não pode ir. (...) vou falar que eu também não vou passar na rua dele (...) eu continuo vendendo e ele que se vira daí. Ela vai em outra rua, sai do meu ponto depois. (...) eu falo da licença que eu tô vendendo agora, daí ele sai e eu fico lá vendendo depois<sup>125</sup>.

Percebe-se que o espaço da rua passa a ser lugar de disputa dos picolezeiros. Dessa forma, o trabalho é ditado por várias regras que são estipuladas pelas crianças. Veja-se o relato de D. A. A. quando perguntado como essas disputas na venda de picolé ocorrem e quando ocorrem:

Existe. Tem a concorrência dos bairro né. Tem os bairro que vende mais, que é lá pra cima, lá pro Arco-íris, daí todo mundo que i lá, daí vai um monte de gente lá, e daí não dá mais pra vender mais. Daí por isso que eu fico por aqui já, por esses bairro aqui perto, é que vai muita gente lá pra cima lá já. (...) eu não sei, mas acho que todo mundo vai lá, todo mundo fala que vai lá né, vende e vai pra outro né... tenta ir primeiro<sup>126</sup>.

D. A. A. descreve as disputas dos picolezeiros pelos bairros que vendem mais, assim fazendo com que ocorra uma corrida, como explica: “tenta ir primeiro”. Esse fator de chegar primeiro faz como no caso do picolezeiro L. M., a criança priva-se do tempo de descanso, o que compromete sua saúde através das sequelas da subnutrição, visto que muitos acabam alimentando-se mal, isso quando se alimentam.

<sup>124</sup> VARUSSA, Rinaldo José. Catadores de papel em Marechal Cândido Rondon, PR: memórias, narrativas, experiências de vida e de trabalho. In: ALMEIDA. P. R; KHOURY. Y. A.; MACIEL, L. A; (Orgs) Outras histórias: memórias e linguagens. São Paulo: Olho d’Água, 2006. p. 100-113.

<sup>125</sup> R. L. C. B. Idem.

<sup>126</sup> D. A. A. Idem.

## 2.4 Violência

O trabalho infantil traz vários problemas para as crianças. Uma delas é o próprio constrangimento em relatar as violências por elas sofridas, isso quando não usam da mentira como forma de proteção.

O relato de vários picolezeiros descreve como a violência está presente em seu cotidiano, tanto familiar quanto de trabalho, “eles roubaram picolé de mim, sim, bateram em mim (...) roubaram o dinheiro, só que o dinheiro eles deixaram o dinheiro, eles jogaram, a hora que viu o cara por cima, dai eles jogaram”<sup>127</sup>.

O problema da violência, relatado por L. M. constitui vários riscos que podem ocorrer com a permanência das crianças nas ruas, sendo que a sua longa jornada de trabalho oferece as condições propícias de violência, já que muitos trabalham em horários noturnos como vistos no Quadro 2.

Nenhum dos casos apontados de violência cometidos contra os picolezeiros foi denunciado pelos pais ou pelo proprietário dos carrinhos, a causa da omissão é relatada por R. L. C. B., “não, porque eu sou de menor, e daí eles não faiz nada daí”<sup>128</sup>. Quando R. L. C. B. se refere a “eles” está dizendo a polícia, isso ocorre porque o proprietário dos carrinhos diz para as crianças que não há nada a que fazer nessa situação: “eu já tinha falado, mas ele falou que eu sou de menor, daí não adianta fazer nada”<sup>129</sup>, deixando claro a situação irregular do trabalho dessas crianças. Esse problema aponta que o proprietário da fábrica de picolé, negligencia a violência contra as crianças trabalhadoras para omitir e auto-denunciar-se pela responsabilidade que o trabalho infantil representa.

Outro narrativa da omissão sobre a violência sofrida pelos picolezeiros é descrita por D. L. P., “nada, ele falou que era pra se cuidar e não ir mais lá, daí eu não fui mais”<sup>130</sup>. Esse fato ocorreu depois que D. L. P. foi roubado na praça como descreve:

Mandaram eu contá o dinheiro, daí eu peguei, falei que eu não quero contar agora, daí eu peguei e ponhei drento do carrinho o dinheiro, que já tinha uns piá querendo pega. Daí eles ficaram atrás dos picolé, falaram que ia tirá o dinheiro, um pego a carteira e saiu correndo<sup>131</sup>.

---

<sup>127</sup> L. M. Idem.

<sup>128</sup> R. L. C. B. Idem.

<sup>129</sup> Idem.

<sup>130</sup> D. L. P. Idem.

<sup>131</sup> D. L. P. Idem.



A intenção de negligenciar a violência cometida contra as crianças, pelo proprietário dos carrinhos, revela outra prática de exploração, pois o prejuízo e os danos acabam sendo cobrados do picolezeiro, “é, eu teve que pagar, né”<sup>132</sup>. Revelando-nos que o capitalista não assume as eventuais perdas:

Eu fui lá, chamei minha mãe e ela... e o cara deu emprego (...) ela... ela assinou lá os... papel lá pra se alguém rouba, daí tinha que leva a mãe. Senão porque daí, si alguém rouba-se, daí a minha mãe tinha que paga daí o carrinho e os picolé<sup>133</sup>.

A confirmação dessa prática capitalista é revelada por D. A. A. quando relata problemas que teve com seu carrinho de trabalho, “eu já estraguei, tive que pagá a roda do carrinho. (...) eu... eu paguei... paguei um aro novo daqueles ali. Eu paguei é... acho que foi seis reais”<sup>134</sup>.

## 2.5 Trabalhos anteriores

Muitos picolezeiros relatam que já trabalharam em outros serviços antes de vender picolé, e nos períodos que não estão trabalhando na venda dos picolés encontram-se realizando outras atividades. É o caso de Rondinele de 17 anos:

Eu já é já trabalhei registrado já, na Alfa que faz bola aqui em Marechal, e eu também já trabalhei no açougue também. É foi nesse ano retrasado agora, que eu saí da Alfa, e nesse ano agora que passo, eu também trabalhava no açougue<sup>135</sup>.

Percebe-se que num curto espaço de tempo Rondinele atuou em três atividades distintas, e em uma delas com registro na carteira de trabalho, deixando claro a necessidade do trabalho para seu sustento. Já trabalhou com carteira assinada e renda fixa em dois dos três empregos, momento trabalha de picolezeiro, sem garantias sobre a sua renda, e sem nenhum direito trabalhista e previdenciário, já que apenas ganha uma porcentagem sobre as vendas dos picolés.

A importância para a renda familiar também narrado pelo Sr. Manoel Medina:

Aí ele faz uma coisinha ali, daí ajuda por aqui mesmo. Aí não adianta né. (...) é um servicinho, sempre acha um servicinho... carpi, ou o vizinho que tá aqui agora sempre chama ele pra lava o carro, não sei o que né. Daí ele vai.

<sup>132</sup> A. L. R. Idem.

<sup>133</sup> R. A. K. P. Idem.

<sup>134</sup> D. A. A. Idem.

<sup>135</sup> R. S. Idem.

No meu último encontro com o filho do sr. Manoel, o L. M., no dia 15 de maio de 2010, já num período que não ocorria mais a venda de picolés, ele relatou que estava trabalhando como bóia-fria em uma plantação de mandioca no interior do município, para ajudar no sustento da casa. Isto revela as várias atividades que constitui o cotidiano sazonal de trabalho dessas crianças, para ajudar na contribuição da renda familiar.

Muitas das crianças, quando não trabalham como picolezeiros, contribuem no trabalho de seus pais, “eu arumo um serviço em algum lugar daí. (...) trabalho com meu pai, que meu pai é pedreiro, as vez eu ajudo ele quando ele tá muito apurado”<sup>136</sup>.

Assim, percebe-se que além da contribuição dos serviços domésticos prestados, as crianças exercem e contribuem por um período nas atividades e trabalho de seus pais, aqui no caso pedreiro.

A utilização da mão de obra infantil no ramo da construção civil é uma prática de exploração muito utilizada e é uma situação que se repete no cotidiano de várias crianças, como aponta D. A. A.: “antes... só trabalhei de servente... de pedreiro”<sup>137</sup>. A idade que D. A. A. possuía no período não passava de doze anos de idade, revelando-se toda a exploração presente em uma atividade que submete às piores condições físicas para uma criança dessa faixa etária.

Outra atividade que utiliza a mão de obra infantil, como algo corriqueiro pela cidade, é a exploração dessas crianças na distribuição de panfletos pelas ruas e esquinas da cidade, que como o trabalho na vendas de picolés, é uma atividade que oferece condições precárias em sua execução. São diversas as empresas que se utilizam da exploração dessa atividade, como mercados, lojas, indústrias, entre outros, como se verifica na narrativa de D. L. P., que além de trabalhar na venda de picolé, também exerce essa atividade em uma loja: “lá na Só Móveis, entregando panfletos”<sup>138</sup>. Também está presente na narrativa de C. M. S., que primeiro vendia picolé na companhia de outra criança: “ah, vendia, agora ele paro, tá trabalhando de entrega panfleto”<sup>139</sup>.

Essa análise sobre as experiências de trabalho dessas crianças, que ocorre de forma tão precoce, apenas afirma o anseio do capital, que está na submissão dos direitos trabalhistas, dos direitos sociais, dessas crianças trabalhadoras, que acabam tendo sua trajetória de vida e trabalho ligados a essa dinâmica.

---

<sup>136</sup> A. L. R. Idem.

<sup>137</sup> D. A. A. Idem.

<sup>138</sup> D. L. P. Idem.

<sup>139</sup> C. M. S. Idem.

## 2.6 Sonhos e expectativas de trabalho

Uma das questões mais presente na pesquisa é a fala ou o posicionamento das crianças em relação ao período da infância e da adolescência, ou seja, o período curto da vida que deveria ser dedicado ao estudo e ao lazer. A negação desse período foi relatada em muitas das entrevistas: “eu não gosto de brincar, ou eu prefiro trabalhar pra ter meu dinheiro”, o que demonstra claramente a perda de referências sobre o direito à infância, talvez pelas necessidades e pressões do consumismo de bens supérfluos (telefone celular, entre outros).

E, por outro lado, o posicionamento de outras crianças quando indagadas se não preferiam brincar em vez de trabalhar, possibilita visualizar uma criança dividida entre infância e trabalho:

Ah! Eu taria indo num rio, ou em algum lugar, não sei... jogar bola. (...) é de jogar bola, eu jogo bola... tipo nem todo dia eu vendo picolé... eu vendo picolé quase todo dia mais... não todo dia assim, quando eu tô cansado eu não vou<sup>140</sup>.



FIGURA 4 – Foto dos picolezeiros na praça central da cidade (Willian Bart). Foto acervo da autora da pesquisa, ano 2010.

O sonho de muitos meninos de ser jogador de futebol, ou qualquer outra coisa, acaba sendo frustrado pelo trabalho que realizam. O tempo que lhe é retirado pelas horas de trabalho

<sup>140</sup> R. A. K. P. Idem.

é um tempo que deixa de ser aproveitado em diversas atividades lúdicas, o que favorece o “amadurecimento precoce”, que não condiz com sua pouca maturidade. É o caso de R. L. C. B., que tem como sonho: “ser jogador de futebol”<sup>141</sup>. Mas esse sonho deixa de existir pelos cem picolés que vende por dia, que se transformam em comida para sua família.

Outras crianças revelam outros sonhos, mas estes ligados a uma nova profissão: “eu taria trabalhando né... eu ia trabalhá na sorveteria assim, sorveteria mesmo”<sup>142</sup>. Aqui o picolezeiro L. M. refere-se ao modelo de sorveteria que se faz presente na cidade, ou seja, que oferece um ponto comercial aos seus clientes, com abrigo do sol e chuva, onde não precisasse percorrer longos trajetos. Observa-se que é um sonho que mostra a dificuldade da rotina do trabalho diário que esses meninos enfrentam no processo por um salário.

Muitos estudos revelam que, quanto mais cedo ocorre a inserção de crianças no “mundo do trabalho infantil”, mais chances desses futuros trabalhadores em idade adulta ingressarem no “mercado de trabalho” e ocupar profissões que necessitam de pouca ou nenhuma qualificação, revelando ainda: “que o trabalho precoce, como causa da transmissão da pobreza entre gerações, fundamenta o estabelecimento de duas relações: a de a pobreza ser uma das causas do trabalho precoce e a de o trabalho precoce, por sua vez, constituir uma das causas da pobreza futura”<sup>143</sup>.

As expectativas, sobre o futuro das crianças trabalhadoras são limitadas diante do trabalho e das relações do trabalho infantil. A “rua” passa a ser vista como local de “aprendizagem” estando presente na fala da mãe de um dos picolezeiros:

... eu acho que ele qué, ele que vê o pessoal, ele qué entender as pessoas que estão na rua. Ele qué ter contato com as pessoas né, aprender alguma através de alguma outra pessoa né, o que realmente é a vida lá fora né. Então nós não podemos segurar ele dentro de casa, eles têm que ver como funciona a vida deles lá fora, né<sup>144</sup>.

Percebe-se na narrativa de Teresinha uma visão de que a rua pode educar o seu filho, por meio da inserção dessa criança no contato com as ruas, ou seja, a criança não aprenderá “o que realmente é a vida lá fora” sem fazer parte dela. Dessa forma, ela aponta que não cabe à família proibir que as crianças trabalhem e tenham convívio das ruas.

---

<sup>141</sup> R. L. C. B. Idem.

<sup>142</sup> L. M. Idem.

<sup>143</sup> LAZZARI, Sandra Neri; DELUCHI, Gabriela de Oliveira. Proletários de calças curtas. **Revista Trabalho e Ambiente**, Universidade de Caxias do Sul. – v. 1, n. 1(jan/jun. 2002). Caxias do Sul, RS: Educs, 2005, p. 235-245. p. 240.

<sup>144</sup> Teresinha Maria da Silva. Entrevista realizada em 09 de janeiro de 2010.

A percepção da “escola da vida”, por meio do trabalho, e a experiência da “rua” são amparadas pelas próprias instituições que deveriam fiscalizar essa exploração. Alguns relatos de picolezeiros quando indagados sobre a proibição do trabalho infantil revela a falta de informação:

A fiquei, uns ano atrás quando eu era mais pequeno, eu sabia que entrou, que queria aprovar uma lei que menor de quatorze não podia vender. (...) não, continuei a vendendo. (...) hoje pra mim não sei se existe ou não de uma lei<sup>145</sup>.

Ou na entrevista de outro picolezeiro, quando revela que necessita ir ao Conselho Tutelar e Fórum para adquirir permissão para o trabalho:

Aquela vez, mais agora eles autorizaram a vender de volta. (...) aquela vez eles não deixavam mais vender, mas agora eles deixam. (...) ano de 2008 foi. (...) que o... quem ia ser... com o Renato lá falo quem, se ele ia dá carrinho pra de menor, daí eles iam fecha a sorveteria. Só que agora eles... têm o papel pra mãe assinar e tudo<sup>146</sup>.

Essa relação entre Judiciário e empresários na cidade demonstra que a defesa e proteção da criança e adolescente estão longe de ser postas em prática, mantendo a continuidade da exploração do trabalho infantil. Além de não coibir a exploração do trabalho infantil, são criadas formas e normas para “regulamentar” o trabalho dessas crianças.



FIGURA 5 – Fotografia da atividade dos picolezeiros. Foto do acervo da autora da pesquisa, ano 2010.

<sup>145</sup> A. L. R. Idem.

<sup>146</sup> D. P. G. Idem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa identificou algumas características do trabalho infantil na cidade de Marechal Cândido Rondon, na atividade de vendedores de picolé identificados pela população como picolezeiros, sendo eles o objeto central desta discussão.

Foram vários elementos analisados para a fundamentação desta pesquisa. Sendo que a atividade de trabalho realizada pelas crianças, nos leva a questionar o número de crianças que são inseridas ao mercado de trabalho de forma tão precoce. As causas dessa inserção são determinadas por razões sociais, entre elas, o trabalho dessas crianças vem agrupar as necessidades de estruturação familiar, sendo que o valor ganho vem agregar na baixa renda familiar.

Na cidade prevalece a omissão dos órgãos públicos, diante da legislação, que busca “proteger” crianças e adolescentes de toda forma de exploração, já que assumem uma postura que negligencia a situação da exploração do trabalho infantil.

Para muitas dessas crianças o trabalho realizado vem suprir necessidades básicas. Que se mostrou presente em várias narrativas, sendo ela apresentadas na busca incessante de familiares em relação à bolsa família, que ajudaria de alguma forma a contribuir na ampliação da renda familiar, e dessa maneira a não necessidade de realização do trabalho das crianças nas ruas.

O trabalho passou a ser questão central, para a classe dominante, em sua elaboração de projetos de controle social diante da criança pobre e “problema”. Fazendo com que houvesse uma intensificação de “boa conduta” por meio do trabalho, ou seja, o trabalho, e não a educação, passa a ser o fio condutor do “futuro melhor”.

Dessa forma, a compressão da articulação, por parte da classe dominante, entre criança, trabalho e controle social, diante de pressões e posicionamentos em relação ao mundo do trabalho, nela incluindo todos os embates de lutas entre as classes.

A pesquisa também revelou diferentes situações vividas pelas crianças trabalhadoras. Ficou evidente o amadurecimento precoce dessas crianças por meio do trabalho, pois muitas das situações presentes no cotidiano desse trabalhador revelam violência física, no qual muitas vezes acabam além de roubados, agredidos fisicamente.

A exposição desses pequenos trabalhadores na realização de seu trabalho, causa danos visíveis em sua estrutura física. Já que não há nenhuma preocupação com o vestuário das

crianças, sendo que a grande maioria não utilizada de bloqueadores solares, bonés ou guarda-sol para a sua proteção.

A omissão, dos órgãos citados na pesquisa, demonstra sua estruturação incapaz de garantir os direitos já existentes na Constituição brasileira. Dessa forma, o que está sendo “promovido” pelo Estado passa a não ser acatado na cidade de Marechal Cândido Rondon.

Segundo dados obtidos no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), desta cidade, revelam que neste município, ainda é pequeno o índice de crianças e adolescentes em atividades consideradas impróprias. Mas verificando os dados fornecidos são 45 crianças inscritas no núcleo do PETI da área urbana e 19 no núcleo rural do distrito de Porto Mendes. Essas crianças passam a realizar, no seu contra turno escolar, atividades ditas “pedagógicas” realizadas no Centro de Estudos do Menor e Integração à Comunidade – CEMIC. Entre as atividades oferecem as oficinas de biscuit, de pintura em tecido, de diversos tipos de bordados, de manicure, aulas de informática, costura. A instituição possui também marcenaria, padaria, horta. O CEMIC também tem a Fanfarra Social, da qual participam 57 adolescentes que se apresentam nos eventos e datas comemorativas na região. Aqui, cabe perguntar sobre as crianças que realizam a atividade de vendedores de picolé, são elas crianças invisíveis aos olhos desses órgãos públicos?

O interessante é perceber a narrativa construída por parte dessa instituição (CRAS), em sua percepção sobre como identificar o trabalho infantil. A assistente social desse órgão afirma que na cidade não é identificado crianças e adolescentes que estão sendo exploradas no trabalho infantil. Sua percepção pauta-se a partir do pressuposto que a criança que permanece em atividade escolar em um período, não está sendo submetida à exploração de sua mão de obra. Diferente dos casos obtidos de Porto Mendes, onde as crianças deixam de frequentar a escola para trabalhar nas propriedades rurais da região.

Nessa pesquisa, a identificação do trabalho como justificativa de controle e dominação capitalista ficou evidente. De acordo com a perspectiva dominante, melhor na rua trabalhando do que “vadiando”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSI, Antônio Paula.; VARUSSA, Rinaldo José. O trabalho em disputa. In: \_\_\_\_\_. PORTELLI, A. et al. **Mundos dos trabalhadores: lutas e projetos históricos**. 1 ed. Cascavel: EDUNIOESTE, 2009, v. 1, p. 27-52.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2001.

CRUZ, Heloisa de Faria. No avesso das comemorações: memória, historiografia e o bicentenário da imprensa. **História & Perspectivas**, Uberlândia, n. 39, p. 11-36, jul. dez. 2008. p.21.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, EDUC, n.35, p. 255-272, dez.2007.

DIAS, Edmundo Fernandes. “Reestruturação produtiva”: forma atual da luta de classes. Disponível em < <http://www.scribd.com/doc/7011255/Edmundo-Fernandes-Dias-REESTRUTURACAO-PRODUTIVA-Forma-Atual-Da-Luta-de-Classes> > Acesso em 02 de jul. 2010.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. (org. Liv Sovik). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p. 247-264.

KHOURY, Yara Aun. Do mundo do trabalho ao mundo dos trabalhadores. In: PORTELLI, Alessandro Et al. (org.). **Mundo dos trabalhadores, lutas e projetos: temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea**. Cascavel/PR: EDUNIOESTE, 2009. p. 123-140

KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004. p.117-138.

LAZZARI, Sandra Neri; DELUCHI, Gabriela de Oliveira. Proletários de calças curtas. Revista trabalho e ambiente / Universidade de Caxias do Sul. – v. 1, n. 1(jan/jun. 2002). Caxias do Sul, RS: Educs, 2005. p.235-245.

MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920. In: FENELON, D. R. et al. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. História de higienização pelo trabalho: crianças paranaenses no noventa. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v23n59/a05v23n59.pdf>> Acesso 03 de jul. 2010.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I**. 26ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 283.



NETTO, Otávio Cruz; MOREIRA, Marcelo Rasga. Trabalho infanto-juvenil: motivações, aspectos legais e repercussão social. Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/csp/v14n2/0122.pdf>> Acesso em: 01 de jul. 2010.

NÚCLEO Trabalho, Justiça e Cidadania do Paraná (TJC-PR). Disponível em: <<http://colunistas.ig.com.br/cip/2007/10/09/trabalho-infantil-nao-e-brincadeira-tema-de-campanha-do-pr/>> Acesso em: 01 de jul. 2010.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro: vol. 1, nº. 2, 1996. p.72.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, n. 14, fevereiro de 1997. p. 31.

PRESIDÊNCIA da República, Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei do Menor Aprendiz, lei nº 10.097. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L10097.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10097.htm)>. Acesso em 30 de junho 2010, às 21:00h.

PRIORE, Mary Del. **História das crianças no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

PROMENINO. Disponível em: <http://www.promenino.org.br>. Acesso em 05 de julho de 2010.

Revista brasileira de História. Vol. 19 n. 37, São Paulo, setembro de 1999. Disponível em: <http://www.cielo.br>.

RIZZINI, Irene. O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. Rio de Janeiro: Petrobrás-BR; Ministério da Cultura: USU Ed. Universitária: Amais, 1997.

SCHUELER, Alexandra F. Martinez de. Crianças e escolas na passagem do Império para a república. **Revista brasileira de História**. Vol. 19 n. 37, São Paulo, setembro de 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso 02 de jul. 2010.

SMANIOTTO, Marcos Alexandre. **A burguesia rondonense em ação: a formação e atuação da Guarda Mirim (1966-1979)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Em História, Poder E Práticas Sociais. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, Campus de Marechal Cândido Rondon, Paraná, 2008.

SOUZA, Aparecida Darc de. Meninos e meninas que vivem e ou trabalham nas ruas: um problema social para Uberlândia nos anos 1980. **História e perspectivas**, n. 27 e 28, jul. / dez. 2002/ jan./jun. 2003, Uberlândia-MG, Universidade Federal de Uberlândia. p. 333-356.

TELLES, Vera da Silva et al. **Mutações do trabalho e experiência urbana**. Tempo Social, Revista de sociologia da USP, v.18, n.1, p.173-195.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. V. 2: A maldição de Adão. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

THOMPSON, Edward Palmer. Folclore, antropologia e história social. In: \_\_\_\_\_. **As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos**. (org. Antonio Luigi Negro e Sérgio Silva). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

THOMPSON, Edward Palmer. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: \_\_\_\_\_. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

VARUSSA, Rinaldo José. Catadores de papel em Marechal Cândido Rondon, PR: memórias, narrativas, experiências de vida e de trabalho. In: ALMEIDA, Paulo Roberto; KHOURY, Yara Aun; MACIEL, Laura Antunes (orgs.). **Outras histórias**: memórias e linguagens. São Paulo: Olho d'Água, 2006. p. 100-113.

VARUSSA, Rinaldo José. “Daí, eu agarrei o mundo”: experiências e trajetórias de trabalhadores “sem profissão definida” a partir do Oeste do Paraná (décadas de 1970-2000). Mimeografado.

## RELAÇÃO DE FONTES

### FONTES ESCRITAS

Cartilhas distribuídas nas escolas municipais e estaduais do município de Marechal Cândido Rondon, com apoio do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Conselho Tutelar (CT) e Prefeitura Municipal. Intensificando os 20 anos do Estatuto ECA.

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

O jornal “O Presente” de Marechal Cândido Rondon – PR, pesquisa realizada em acervo do ano de 1997-2010.

Documento de autorização para licença de trabalho infantil.

### FONTES ORAIS

A. L. R. 15 anos.

C. M. S. 11 anos.

D. C. P. S. 13 anos.

D. P. G. 13 anos.

D. A. A. 14 anos.

D. L. P. 13 anos.

E. F. S. 13 anos.

F. W. A. E. 13 anos.

H. M. S. 10 anos.

J. P. P. G. 11 anos.

J. L. S. 12 anos.

J. E. G. 14 anos.

L. M. 15 anos.

L. P. S. 11 anos.

L. S. 12 anos.

Manoel Medina

R. L. C. B. 13 anos.

R. S. 17 anos.

R. A. K. P. 15 anos.

Teresinha Maria da Silva

**ANEXOS**